UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE CONCURSOS – CCV

Evento: Concurso Público para Provimento de Cargo Técnico Administrativo em Educação – UNILAB 2011
Edital Nº 07/2011

RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA GABARITO/QUESTÃO

Em respeito ao item 13.2 do Edital que rege o presente concurso, encaminho o Parecer da Banca Elaboradora da Prova de: **Língua Portuguesa** (questões 01, 03, 04, 05, 09, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 19 e 20).

P A R E C E R

Língua Portuguesa – Questão 01

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A questão um trata de compreensão leitora. É correta a alternativa (E), vez que, conforme o primeiro parágrafo, a relação entre Ciência e Tecnologia é complementar, como indica o trecho destacado: "Conforme Morin (2000), há muito tempo a sociedade industrial está organizada na forma de um modelo "mecanoprodutivista do positivismo": o progresso científico levaria ao progresso técnico,este ao desenvolvimento econômico e, por fim, ao progresso sociocultural (linhas 01-03). Não cabem, portanto, os adjetivos *antissocial, beligerante* (= que traz a guerra), *insuperável, maniqueísta* (=não complementares).

Em face da argumentação apresentada, a comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Língua Portuguesa – Questão 03

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A questão três aborda sinonímia. É correta a alternativa (B). *Repercussão* significa "difusão". *Dizimação* é o mesmo que "destruição". *Humanitária* é "filantrópica" e, por fim, *advindas* significa "oriundas, originárias".

Em face da argumentação apresentada, a comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Língua Portuguesa – Questão 04

A questão quatro aborda leitura. É correta a alternativa (E), conforme se depreende do trecho: "Ao mesmo tempo em que ultrapassou os seus limites de bondade e mostrou também um outro lado, que modificou significativamente as relações entre os sujeitos e destes com o meio, provocando a dizimação imediata ou em longo prazo de espécies animais e plantas, modificações da paisagem, como desvio de rios e montanhas" (linhas 27-30). As demais alternativas são indefensáveis no bojo do parágrafo.

Língua Portuguesa – Questão 05

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A questão cinco trata de leitura, especificamente, identificação das relações coesivas. Está correta a alternativa (B), conforme este excerto:

> ...O "bem-estar social" fez com que a maioria das pessoas "tomasse" a ciência como um "deus", que fosse resolver todos os seus problemas.
>
> Nem todos os problemas, entretanto, podem ser resolvidos cientificamente (linhas 07-09).

O conectivo *entretanto* estabelece contraste interparagráfico. Nos demais casos, isto não acontece.

Em face da argumentação apresentada, a comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Língua Portuguesa – Questão 09

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A questão nove aborda o item 1.2 do Programa: reconhecimento de valores fonéticos de alguns fonemas. Está correta a alternativa (D), pois as letras P e G representam fonemas oclusivos. Na alternativa (A), as letras representam respectivamente fonema oclusivo e fricativo. Na alternativa (B), as letras grifadas representam respectivamente fonema fricativo e oclusivo. Na alternativa (C), as letras representam respectivamente fonema oclusivo e lateral. Por fim, na alternativa (E), as letras representam respectivamente fonema fricativo e oclusivo.

Em face da argumentação apresentada, a comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Língua Portuguesa – Questão 10

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A questão dez aborda grafia das palavras. Segundo o *Guia da Reforma Ortográfica Michaelis* (2008), as palavras formadas com *auto-, contra-, supra-, extra-* não recebem hífen quando o prefixo termina com vogal diferente da vogal com que se inicia o segundo elemento. Todavia, recebem hífen se o segundo elemento começar com a mesma vogal. Segundo a regra anterior, as palavras das alternativas (A), (B), (C) e (E) recebiam hífen quando o segundo elemento começava por vogal e a palavra da alternativa (D) não recebia hífen.

Diante do exposto e após análise técnica, considera-se que a **questão 10 deve ser anulada.**

Língua Portuguesa – Questão 11

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A questão onze aborda morfologia. É correta a alternativa (E), em que o sufixo *–ismo* indica "sistema, doutrina". Nos demais casos, o sufixo indica "ação" (*exorcismo, sadismo*, *eufemismo*) o "estado" (*astigmatismo*).

Em face da argumentação apresentada, a comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Língua Portuguesa – Questão 12

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A questão doze trata do item 2.9 do Programa: decomposição dos vocábulos em suas unidades mínimas de significação. É correta a alternativa (B), *pur-*(raiz); -a- (desinência de gênero ou vogal de ligação, conforme o autor); *-mente* (sufixo formador de advérbios). As demais seriam segmentadas corretamente como se segue:

A) *control-a-r*
C) *relação*
D) *especi-al-iz-a-ção*
E) *curricul-ar*

Conforme deixar claro que a segmentação é sincrônica e não baseada na história da língua.

Em face da argumentação apresentada, a comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Língua Portuguesa – Questão 14

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A questão catorze aborda o uso do tempo verbal futuro do pretérito. Está correta a alternativa (A). O futuro do pretérito, nesse contexto, indica, por parte do enunciador, isenção diante do enunciado. Este uso do futuro do pretérito é contemplado por Domingos Paschoal Cegalla em *Dificuldades da Língua Portuguesa* (Lexicon, 2010). As outras alternativas são falsas, pois "futuro remoto", "certeza", "superação de uma hipótese" (=certeza) e "permanência do modelo mecanoprodutivista" não são marcas do futuro do pretérito, conforme indicam as boas gramáticas tradicionais.

Em face da argumentação apresentada, a comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Língua Portuguesa – Questão 15

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A questão quinze aborda classe de palavras e exige que o candidato reconheça a classe e o valor semântico da locução. É correta a alternativa (C). *Apesar de* é locução prepositiva concessiva. É locução prepositiva por obedecer ao padrão *preposição + substantivo + preposição*. O fato de o grifo estender-se até a letra D deve-se à contração da preposição com o artigo. Acrescente-se, por fim, que semelhantemente à preposição, a locução também estabelece relação, vez que são paradigmaticamente equivalentes.

Em face da argumentação apresentada, a comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Língua Portuguesa – Questão 16

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A questão dezesseis aborda concordância verbal. É correta a alternativa (A), pois, quando o substantivo for antecedido de quantificadores partitivos singulares, como *grande parte de, a maior parte de, a maioria de*, o verbo concorda com o mais próximo ou com o partitivo. As demais são submetidas a um só padrão de concordância.

Em face da argumentação apresentada, a comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Língua Portuguesa – Questão 17

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A questão dezessete aborda sintaxe: reconhecimento dos termos da oração. É correta a alternativa (B). O pronome *nos* é objeto direto da forma *remete*, sendo a expressão *a analisar como e quando* o objeto indireto. Nos demais casos, temos o que se segue:

A) *um deus* é predicativo do objeto;
C) *muitas* é adjunto adnominal;
D) *de rios e montanhas* é complemento nominal;
E) *de cunho crítico e participativo* é adjunto adnominal.

Em face da argumentação apresentada, a comissão **retifica** o gabarito oficial e **indefere** o recurso.

Língua Portuguesa – Questão 19

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A questão dezenove aborda item 3.2, identificação da oração no período. É correta a alternativa (C), pois, no trecho, “a maioria das pessoas “tomasse” a ciência como um “deus”, que fosse resolver todos os seus problemas”, a oração “que fosse resolver todos os seus problemas” se classifica como adjetiva explicativa. É adjetiva porque é introduzida por pronome relativo e explicativa porque antecedida por vírgula. Na alternativa (A), a oração é, segundo Cegalla (*Novíssima Gramática Portuguesa*), modal. Na alternativa (B), a oração destacada é substantiva. Na alternativa (D), a oração é completiva nominal. Por fim, na alternativa (E) é adverbial final.

Em face da argumentação apresentada, a comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Língua Portuguesa – Questão 20

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A questão vinte aborda item 2.5, reconhecimento do valor conectivo do pronome, da preposição e da conjunção. É correta a alternativa (D), pois é marcada pela conjunção *que*. Na alternativa (A), *conforme* é preposição. Na alternativa (B), a conjunção é coordenativa. Na alternativa (C), não há conectivo. Na alternativa (E), a conexão se dá pela preposição *de.*

Em face da argumentação apresentada, a comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Profa. Maria de Jesus de Sá Correia
Presidente da CCV/UFC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE CONCURSOS – CCV

Evento: Concurso Público para Provimento de Cargo Técnico Administrativo em Educação – UNILAB 2011
Edital Nº 07/2011

RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA GABARITO/QUESTÃO

Em respeito ao item 13.2 do Edital que rege o presente concurso, encaminho o Parecer da Banca Elaboradora da Prova de: Conhecimentos Específicos (questões 21, 24, 27, 29, 30, 33, 36, 40 e 48), para o **Cargo de Administrador**.

P A R E C E R

Conhecimentos Específicos – Questão 21

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A literatura sobre cultura organizacional é clara em definir seus conceitos principais, bem como suas aplicações. Como está escrito no item E, são realmente os valores que guiam o comportamento dos grupos, sendo tidos como adequados para se alcançar uma condição considerada ideal por um grupo de pessoas. A partir dos valores e das crenças ou dos pressupostos é que as normas são elaboradas, sendo consideradas regras para a maior parte das situações ou dos eventos organizacionais. As normas são um comportamento sancionado pelo grupo, impessoal e aplicado a todos, mas não se confunde com os valores.

Em face da argumentação apresentada a Comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 24

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A argumentação apresentada no recurso defende como verdadeira a afirmação seguinte: “Depois de Peter Drucker consolidou-se um pensamento que atualmente é dominante nos universos teórico e prático da Administração, qual seja, o de que a Administração é a ciência social de base, e inclusive suas teorias são fundamento para as demais ciências sociais". Esta afirmação é necessariamente falsa, pois não há nos estudos especializados de administração qualquer indicação de seu entendimento como ciência social de base. Pelo contrário, ao passo que o universo acadêmico e de formação ainda se debate sobre o próprio *status* científico da administração, o entendimento predominante informa que a administração se alinha com o conceito de *Ciências sociais aplicadas*; no entanto, as suas teorias são na verdade fundamentadas em teorizações desenvolvidas em outras ciências sociais mais tradicionais, tais como a Sociologia (com os estudos sobre conflito, por exemplo), Antropologia (com os estudos sobre Cultura organizacional, por exemplo), ou como a própria Economia, que fundamenta boa parte dos estudos de Estratégia, Finanças e de Marketing. O enunciado inverte este entendimento, pois, pelo contrário, atualmente os teóricos e profissionais de Administração requerem seu entendimento como ciência social aplicada, porém seu desenvolvimento teórico está baseado em contribuições de outras ciências sociais.

Em face da argumentação apresentada a Comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 27

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A argumentação apresentada no recurso defende como errada a opção (A), que afirma que “Um modelo que parte dos pensadores e professores adota consiste em visualizar o processo administrativo como sendo: planejamento, organização, liderança e controle”. Por um entendimento diferente, e com base em referências a autores de viés mais tradicional como Idalberto Chiavenato, por exemplo, o recurso defende

que a Liderança não seja parte do processo administrativo. No entanto, já é abundante a literatura que atualiza os elementos do processo administrativo no sentido enunciado na opção correta, sendo evidente a presença na literatura recente, mais atualizada e com dimensão e presença em níveis nacional e internacional, da incorporação do conceito de liderança como independente e componente específico do processo administrativo. Entende-se ser necessário aos profissionais com formação e Administração tomar conhecimento das variações de composição dos elementos do processo administrativo, que vem evoluindo desde o POCCC de Fayol até o entendimento mais atual. No cuidado de não generalizar esta composição enunciada (embora haja uma tendência em se fixar como referencial para os estudos introdutórios de Administração), foi inclusive ressaltado que este posicionamento é *de parte dos pensadores e professores*, o que torna a resposta como necessariamente correta. Para fixar um referencial específico, ficam indicadas as referências de duas obras de larga utilização no Brasil, que visualizam o processo administrativo como sendo planejamento, organização, liderança e controle:

- SCHERMERHORN Jr., John R. Administração. 8. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007 (p. 16 e parte 5)
- ROBBINS, Stephen O. e DECENZO, David A. *Fundamentos da Administração*: conceitos essenciais e aplicações. Rio de Janeiro: Prentice-Hall. 2004 (Parte 4)

Em face da argumentação apresentada a Comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 29

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A teoria dos Dois Fatores de Herzberg afirma que os fatores de motivação estão associados, dentre outros, à realização e ao reconhecimento, enquanto os fatores de higiene estão associados, dentre outros, à política da empresa, as condições de trabalho e ao salário. Portanto, o item D apresenta uma clara **inversão** destas associações, tornando o referido item nitidamente errado e que um administrador deve reconhecer tais características e diferenciações para aplicá-las corretamente no cotidiano organizacional.

Em face da argumentação apresentada a Comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 30

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

É obrigatório a um administrador reconhecer as diferenças dos diversos conceitos relacionados ao líder. A literatura é altamente abundante em afirmar que a Liderança Laissez-faire (liberal) é aquela permissiva, que deixa o empregado/colaborador à vontade, deixando os empregados fazerem o que querem. Ao contrário do que o recurso argumenta, este tipo de liderança não encorajam a participação na decisão e muito menos usam o *feedback* como meio de treinamento, como assinala indevidamente o referido item. A liderança que encoraja a participação é a democrática/participativa, condições que tornam o item A notadamente Errado.

Em face da argumentação apresentada a Comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 33

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

Em relação a um questionamento, o enunciado da questão em análise refere-se à caracterização e conceituação da liderança e da motivação, mas não afirma ser de forma conjunta. Em todos os itens, o conhecimento em relação a estes conceitos é explorado **separadamente**, portanto, não cabe o questionamento que um item específico não trata de ambos os conceitos, pois nenhum deles o faz.
Em relação a outro questionamento, a teoria dos Dois Fatores de Herzberg trata: i) dos fatores de motivação, que estão associados a sentimentos positivos dos empregados sobre o trabalho, podendo provocar satisfação quando são disponibilizados; ii) dos fatores de higiene, que são ambientais e, embora não garantam a satisfação, podem gerar insatisfação a partir do momento que não são oferecidos ou são proporcionados com níveis considerados insuficientes pelos empregados / colaboradores, o que lhe coloca como influenciador da motivação.
O item E, que pretensamente seria o item correto, apresenta de forma investida o conceito de motivação como sendo o de liderança. A literatura é clara ao afirmar que a força interna que direciona os indivíduos é a motivação e não a liderança, o que necessariamente deixa errado o item E.

Em face da argumentação apresentada a Comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.
Conhecimentos Específicos – Questão 36

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A argumentação apresentada em um dos recursos defende como verdadeira a opção (D), que afirma que “A questão do impacto das contingências ambientais encontrou solução em Administração com os estudos sobre os estilos de decisão, e o reconhecimento de que os modelos de decisão criativos eliminaram as potenciais incertezas, especialmente no nível estratégico”. Convém ressaltar, por outro lado, que as teorias sobre a contingência, em especial nos contextos de análise que a aplicam aos estudos do planejamento e processo decisorial, ressaltam a necessidade insistente do uso de técnicas de planejamento que procurem minimizar incertezas associadas ao processo decisorial e ao planejamento administrativo. Evidentemente, alguns esforços realizados envolvem técnicas mais sofisticadas do ponto de vista instrumental, como as técnicas informatizadas ou baseadas em modelos quantitativos que aperfeiçoam a previsão (o que faz estar correto o item C), mas valorizam também técnicas mais qualitativas ou que trazem elementos de intuição e criatividade, e isto inclusive realça o valor de determinados estudos de estilos de decisão. No entanto, não se fixou ainda qualquer técnica ou modelo de previsão ou de decisão que tenha eliminado potenciais incertezas, o que já tornaria a opção D incorreta. Adicionalmente, a questão informa que a eliminação das potenciais incertezas ocorreu especialmente no nível estratégico, o que é evidentemente falso, pois este é o nível no qual o grau de incerteza é mais pronunciado, não tendo havido até o presente momento modelo de planejamento ou de decisão que tenha eliminado as incertezas típicas deste nível de ação e de decisão.
Ainda sobre a mesma questão, um segundo recurso parece defender ser inapropriado associar o debate sobre o processo de controle a evolução cultural e tecnológica da sociedade. Naturalmente, o argumento é frágil, dado o entendimento universal de que a administração e as organizações evoluem com a própria evolução social, de modo que o argumento indicado não é verdadeiro nem torna a resposta errada.

Em face da argumentação apresentada a Comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 40

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

O recurso argumenta pela má elaboração do enunciado, porém está muito claro que o candidato deve marcar o item correto quanto aos princípios da criação e da racionalização de processos, fato que deve ser de conhecimento de um administrador para a correta aplicação de tais princípios. O recurso afirma que a alternativa correta seria o item D, mas é muito claro na literatura que o princípio da permanência diz respeito à necessidade de que os dados devem permanecer em depósitos de dados e não em processos. Se entre um procedimento e outro, houver alguma defasagem de tempo, os dados deverão ser armazenados em um depósito de dados, até que sejam fornecidos para o procedimento seguinte. Ao contrário do que o recurso afirma em relação ao item D, o princípio que garante que o processo deva ser estruturado na sequência lógica de entrada dos dados é o princípio da **ordenação**, portanto o item é claramente errado.

Em face da argumentação apresentada a Comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 48

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A argumentação apresentada no recurso defende como verdadeira a opção (A), que afirma que “O processo convencional de controle consiste em mensurar o desempenho real das atividades e comparar este desempenho com aquele previsto, como forma de punir os culpados por desvios de desempenho”. O argumento do recurso é mais incisivo ao afirmar que a questão induz ao erro. Naturalmente, o conteúdo do enunciado é verdadeiro até o momento em que afirma que o “controle consiste em mensurar o desempenho real das atividades e comparar este desempenho com aquele previsto”, porém não é verdade que o processo de controle seja direcionado a punir culpados por desvios de desempenho. Em verdade, desde a emergência das teorizações da escola de relações humanas, ainda na primeira metade do século XX, o processo administrativo deixou de ter orientação para punição. A meta da função de ajustar o processo organizacional não implica em punir, o que é um entendimento fortemente consolidado no universo da formação e da prática de administradores profissionais. O processo de controle, conforme relatam os mais diversos autores de administração geral, tem por finalidade potencializar o desempenho organizacional e não gerar punição. Em verdade, casos extremos de visões mais tradicionais ainda chegam a reverberar este discurso, porém no universo da formação gerencial, e na produção de conhecimento e nos materiais de formação, o controle tem a finalidade gerencial de, sistematicamente, acompanhar dados e informações sobre os processos organizacionais como forma de dar maior consistência no alcance dos objetivos organizacionais constantes nos planos, buscando corrigir, se necessário, desvios que comprometam a

eficiência da ação gerencial.

Em face da argumentação apresentada a Comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Profa. Maria de Jesus de Sá Correia
Presidente da CCV/UFC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE CONCURSOS – CCV

Evento: Concurso Público para Provimento de Cargo Técnico Administrativo em Educação – UNILAB 2011
Edital Nº 07/2011

RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA GABARITO/QUESTÃO

Em respeito ao item 13.2 do Edital que rege o presente concurso, encaminho o Parecer da Banca Elaboradora da Prova de: Conhecimentos Específicos (questões 22, 33, 39, 42, 43, 45, 47, 48 e 50), para o **Cargo de Analista de Tecnologia da Informação**.

P A R E C E R

Conhecimentos Específicos – Questão 22

A comissão responsável efetuou a análise do recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

Justificativa: Dado um conjunto F de dependências funcionais tal que F = {A→C; C → D; A, B → C; D → A} e uma relação r (ilustrada a seguir):

r

A	B	C	D	
A1	B1	C1	D1	***Linha 1***
A1	B2	C2	D1	***Linha 2***
A2	B1	C2	D2	***Linha 3***
A2	B1	C1	D2	***Linha 4***
A1	B1	C2	D1	***Linha 5***

Podemos verificar as dependências funcionais pertencentes a F que são satisfeitas pela relação r da seguinte forma:

- A→C ?

Observando-se as linhas 1 e 2 de r verifica-se para as colunas A e C os valores:

A	C	
A1	C1	***Linha 1***
A1	C2	***Linha 2***

Assim, para um mesmo valor do atributo A (no caso A1) temos dois valores diferentes para C (C1 e C2).
Logo, a dependência funcional A→C NÃO é satisfeita pela relação r.

- C → D ?

Observando-se as linhas 2 e 3 de r verifica-se para as colunas C e D os valores:

C	D	
C2	D1	***Linha 2***
C2	D2	***Linha 3***

Assim, para um mesmo valor do atributo C (no caso C2) temos dois valores diferentes para D (D1 e D2).
Logo, a dependência funcional C→D NÃO é satisfeita pela relação r.

- A, B → C ?

Observando-se as linhas 1 e 5 de r verifica-se para as colunas A, B e C os valores:

A	B	C	
A1	B1	C1	***Linha 1***
A1	B1	C2	***Linha 5***

Assim, para um mesmo par de valores dos atributos A e B (no caso A1 e B1) temos dois valores diferentes para C (c1 e C2). Logo, a dependência funcional A,B→C NÃO é satisfeita pela relação r.

- D → A ?

Observando a relação r verificamos que para quaisquer duas linhas (tuplas) de r sempre que essas duas linhas possuem o mesmo valor para o atributo D elas também possuem o mesmo valor para o atributo D. Nas linhas 1, 2 e 5 temos D= D1 e A=A1. Já nas linhas 3 e 4 temos D=D2 e A=A2. Logo, a dependência funcional D →A é satisfeita pela relação r.

Daí, somente uma das dependências funcionais pertencente a F é satisfeita por r.

Em face da argumentação apresentada a comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 33

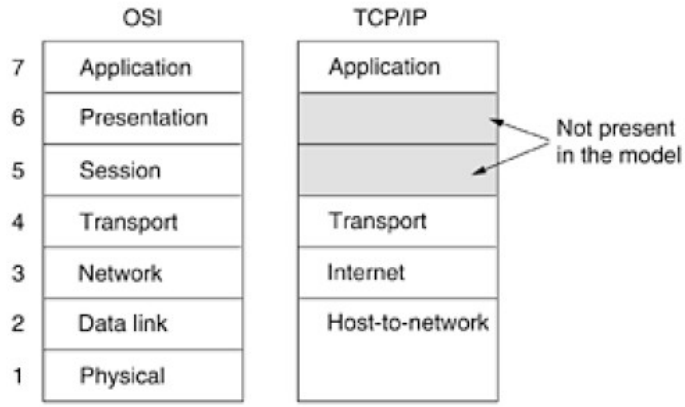
A comissão responsável efetuou a análise do recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

Justificativa:
A arquitetura TCP/IP, assim como OSI, realiza a divisão de funções do sistema de comunicação em estruturas de camadas. O TCP/IP define quatro níveis ou camadas, como ilustrado na figura a seguir.

Camada 4
Camada 3
Camada 2
Camada 1

No livro “Computer Networks” o consagrado autor Andrew S. Tanenbaum designa essas camadas da seguinte forma:

Figura 1.21. O modelo de referência TCP/IP



Adicionalmente, sobre a camada “host-to-network” ele afirma:

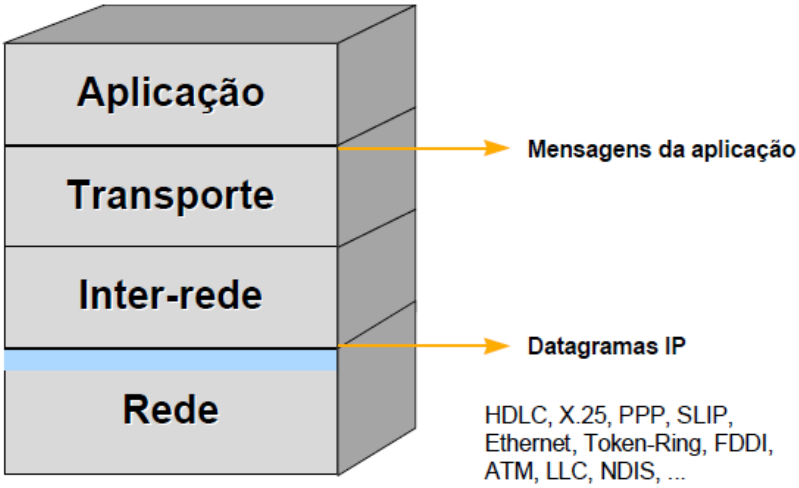
A camada host/rede

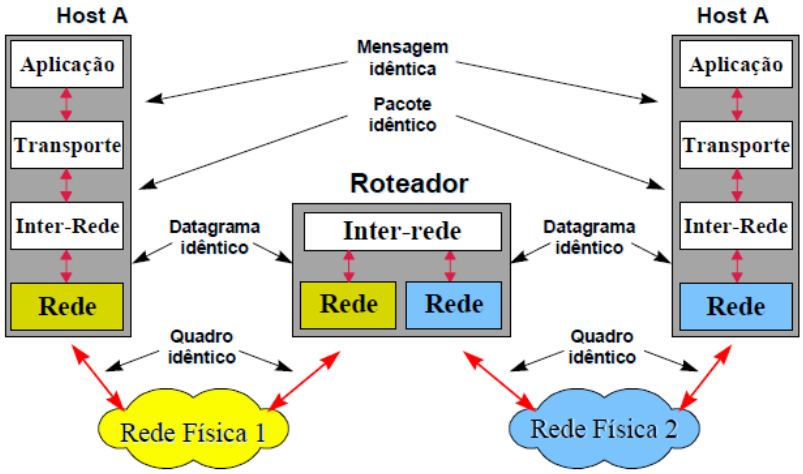
Abaixo da camada inter-re des, encontra-se um gran de vácuo. O modelo de referência TCP/IP não especifica muito bem o que acontece ali, exceto o fato de que o host tem de se conectar à rede utilizando algum protocolo para que seja possível enviar pacotes IP. Esse protocolo não é definido e varia de host para host e de rede para rede. Os livros e a documentação que tratam do modelo TCP/IP raramente descrevem esse protocolo.

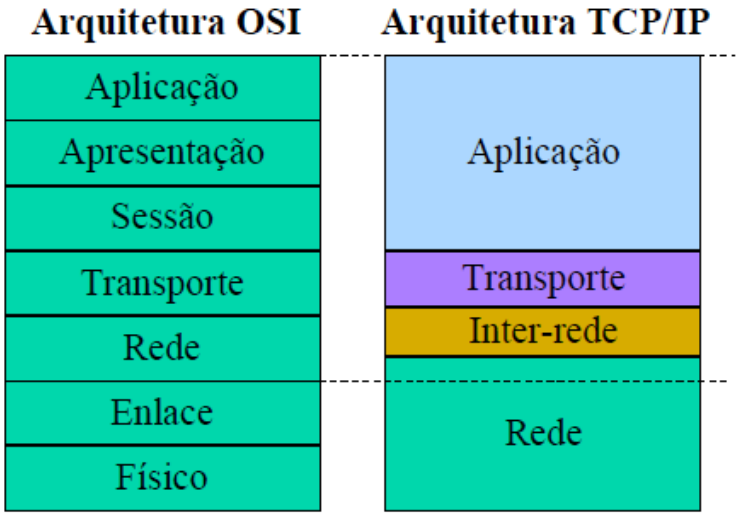
Assim, são designações comumente encontradas para a camada ilustrada como “Camada 1” na questão em discussão: host-to-network, interface de rede, física e rede.
Neste sentido, o também consagrado autor e pesquisador Luiz Fernando Gomes Soares intitula as camadas do protocolo TPC/IP da seguinte forma:

Aplicação
Tranporte
Inter-Rede
Rede

A figura 1 ilustra a divisão em camadas da arquitetura TCP/IP:







Neste sentido, podemos concluir que “Rede” é uma denominação comum para a camada representada por “Camada 1”na questão em discussão. Logo, a alternativa que apresenta, correta e respectivamente, as designações das camadas 3 e 1 do modelo TCP/IP é a alternativa A) Transporte e Rede.

Em face da argumentação apresentada a comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 39

A comissão responsável efetuou a análise do recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

GERT é uma técnica utilizada no gerenciamento de projeto para estimar a duração de uma determinada atividade. Esta técnica é claramente discutida no documento do PMBoK, o qual define a linha mestra do conhecimento organizado de gerência de projetos, apresentando os conceitos mais atuais da prática de Gerenciamento de Projetos no mundo. No documento PMBok a técnica GERT esta relacionada com a gerência do tempo do projeto em dois subprocessos: seqüenciamento de atividades e desenvolvimento de cronograma. Desta forma, esta questão está em acordo com o item do conteúdo programática ***3.3. Noções gerais do PMBoK*** apresentado no edital do concurso, afinal a técnica GERT faz parte do conhecimento associado ao PMBoK.

Em face da argumentação apresentada a comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 42

A comissão responsável efetuou a análise do recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

O termo arbitragem de barramento (em inglês *bus arbitation*) se refere ao mecanismos de resolver a colisão de dados em qualquer topologia de rede. De acordo com "*TANENBAUM, ANDREW S. Computer Networks 4 edição. EDITORA CAMPUS TRADUÇÃO: Vandenberg D. de Souza - CAPÍTULO 1, pagina 31*", os métodos de alocação dinâmica de um canal comum são centralizados ou descentralizados. No método centralizado de alocação de canal, existe apenas uma entidade, por exemplo, uma unidade de arbitragem de barramento, que define quem transmitirá em seguida. Para executar essa tarefa, a entidade aceita solicitações e toma suas decisões de acordo com algum algoritmo interno. No método descentralizado de alocação de canal, não existe nenhuma entidade central; cada máquina deve decidir por si mesma se a transmissão deve ser realizada.

No livro "*HACKER PROOF: THE ULTIMATE GUIDE TO NETWORK SECURITY, Lars Klander,* 1997" na pagina 62 é apresentada uma discussão sobre Arbitragem de Barramento. Outra fonte que descreve o termo arbitragem de barramento é apresentado em http://www.rigacci.org/docs/biblio/online/intro_to_networking/c5761.htm onde é descrito o protocolo *IEEE 802.5 Bus Arbitration (token ring)*.

Em face da argumentação apresentada a comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 43

A comissão responsável efetuou a análise do recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

De fato ocorreu um erro na alternativa B da questão 43 onde o termo "Enlace" deveria ter sido trocado pelo termo "Transporte". Devido a este fato, a questão não apresenta nenhuma resposta correta. Desta forma, a justificativa do requerente sobre a ausência de uma questão correta procede.

Diante do exposto e após análise técnica minuciosa pela comissão considera-se que **a questão 43 deve ser anulada**.

Conhecimentos Específicos – Questão 45

A comissão responsável efetuou a análise do recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

Um Cavalo de Tróia enquadra-se na definição de vírus que a maioria das pessoas usa, no sentido de que ele tenta invadir um computador sem o conhecimento e sem o consentimento do usuário. De fato podemos encontrar diversas classificações sobre vírus na literatura, porém não existe uma definição única aceita por toda a comunidade. Apesar das múltiplas definições é importante destacar que os programas antivírus disponíveis no mercado tratam cavalos de tróia como um tipo de vírus.

A definição de cavalo de tróia como um tipo de vírus usada na questão 45 não está errada. Conforme o livro *HACKER PROOF: THE ULTIMATE GUIDE TO NETWORK SECURITY, Lars Klander,* 1997, o qual é uma referencia na área de segurança da informação, é apresentada a seguinte definição de Cavalo de Tróia (página 391):

"...os vírus mais comuns **são os vírus cavalo de tróia**, polimórficos e não polimórficas, vírus lento, retro, vírus múltiplos, vírus blindados,...".

"Cavalos de tróia **são vírus** que se escondem em meio ao código de um arquivo não-executável (por exemplo, um arquivo compactado ou arquivo de documentos), ou às vezes em um arquivo executável, para evitar a detecção pela maioria dos programas de detecção de vírus."
texto original do livro (em inglês)

As mentioned earlier, the most **common viruses are trojan horse viruses**, polymorphic and non-polymorphic encrypting viruses, stealth viruses, slow viruses, retro viruses, multipartite viruses, armored viruses, phage viruses and macro viruses. Each type of virus performs its activities some what differently from the other types, so it is valuable to learn how each type acts.
Trojan Horses
Trojan Horses are viruses that hide themselves amid the code of a non-executable file(for example, a compressed file or document file), or sometimes in an executable file, to avoid detection by the majority of virus-detection program.

Em face da argumentação apresentada a comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 47

A comissão responsável efetuou a análise do recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

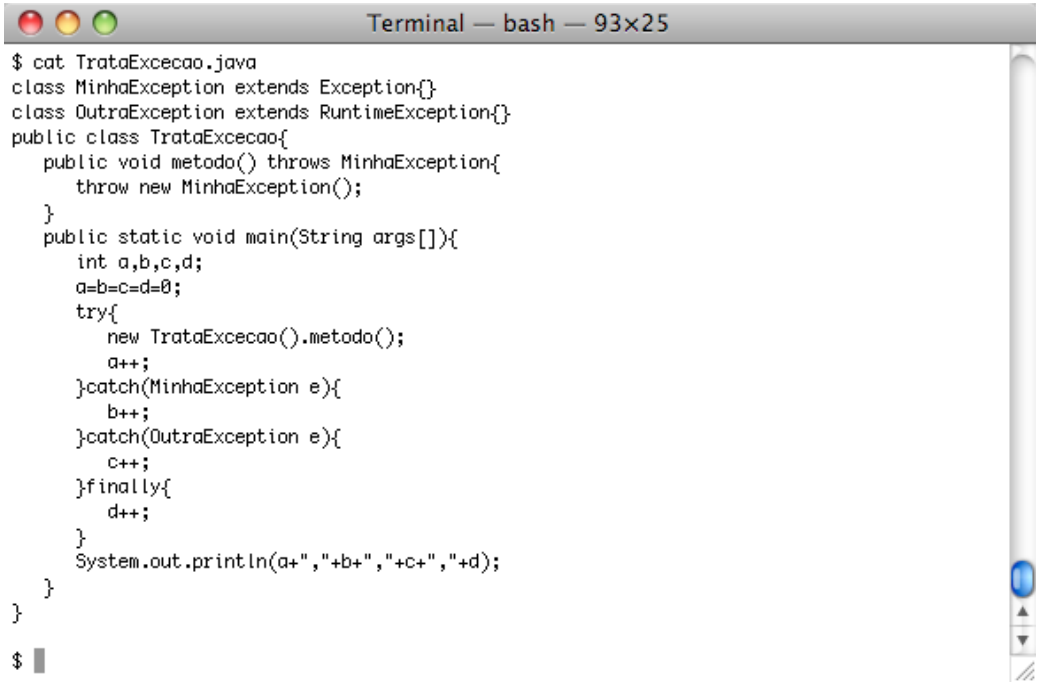
De fato ocorreu um erro de digitação na questão 47 onde o termo “turnaround” foi trocado pelo termo “tempo de espera”. Devido a este fato, a questão não apresenta nenhuma resposta correta. Desta forma, a justificativa do requerente sobre a inversão dos valores procede.

Diante do exposto e após análise técnica minuciosa pela comissão considera-se que **a questão 47 deve ser anulada**.

Conhecimentos Específicos – Questão 48

A comissão responsável efetuou a análise do recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:
O programa Java apresentado na questão 48 compila corretamente conforme as telas apresentadas a seguir.

FONTE DO PROGRAMA



EXECUCAO DA COMPILACAO (CORRETA)

O requerente desconhece que o nome do arquivo Java deve ser o mesmo do nome da classe pública *TrataExcecao* apresentada no código para a compilação seja executada corretamente. A linguagem Java permite que várias classes sejam declaradas dentro de um único arquivo porém o nome do arquivo deve ser igual à classe pública declarada dentro deste arquivo. Assim, a requerente cometeu um erro ao criar um arquivo com o nome diferente da classe pública. De qualquer maneira, o objetivo da questão não era verificar a compilação do código mas testar o candidato quanto ao conhecimento do tratamento de exceção.

Em face da argumentação apresentada a comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 50

A comissão responsável efetuou a análise do recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A alternativa B da questão 50 afirma que *"todas as colunas* ***para as quais o campo Id_Prod*** *for igual a 2342 ou 2378 ou 2233"* induzindo ao fato que as colunas possuem um campo. Tal afirmação é falsa pois campo e coluna são sinônimos, e uma coluna não possui um campo conforme sugere a descrição do item B desta referida questão. Campos/colunas armazenam apenas literais não possuindo estrutura de campos/colunas subjacentes.

Em face da argumentação apresentada a comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Profa. Maria de Jesus de Sá Correia
Presidente da CCV/UFC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE CONCURSOS – CCV

Evento: Concurso Público para Provimento de Cargo Técnico Administrativo em Educação – UNILAB 2011
Edital Nº 07/2011

RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA GABARITO/QUESTÃO

Em respeito ao item 13.2 do Edital que rege o presente concurso, encaminho o Parecer da Banca Elaboradora da Prova de: Conhecimentos Específicos (questões 22, 32, 35 e 47), para o **Cargo de Auditor**.

P A R E C E R

Conhecimentos Específicos – Questão 22

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

O exercício do cargo de auditor requer conhecimentos específicos sobre Direito Administrativo, conforme consta no Anexo II, relativo ao Conteúdo Programático, parte integrante do Edital nr. 07/2011, do Concurso Público para Provimento de Cargos Técnico-Administrativos em Educação, do Campus da Liberdade, em Redenção-CE, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). O Direito Administrativo é o ramo do direito que regula a função administrativa do Estado. Nesse contexto, contempla e aborda as questões relativas às funções do Estado; os princípios gerais e constitucionais; os poderes da administração; o processo administrativo; os órgãos públicos (classificação e estrutura da administração); licitação; os contratos administrativos; convênio; consórcio; patrimônio público; consórcio; bens públicos; responsabilidade do Estado; agente público; agências reguladoras; concessão, permissão e autorização de serviço público, dentre outros. Já o Direito Constitucional é o ramo do direito público interno dedicado à análise e interpretação das normas constitucionais.

O assunto da questão está dentro do espectro de abrangência do Direito Administrativo, dado que ao estudarmos as funções do Estado, observa-se que as mesmas distribuem-se em três funções estatais precípuas: legislativa, judiciária e administrativa. A função legislativa prevê a elaboração das leis (função normativa), assim sendo o conhecimento cobrado está contemplado dentro seu conteúdo programático. Ademais, há de salientar que, sendo a Constituição, a Carta Magna, a lei fundamental e suprema do Brasil que serve de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo doordenamento jurídico, ela é a fonte em que várias ramificações do direito se amparam. Assim sendo, os princípios gerais estarão nela contemplados.

Em face da argumentação apresentada, a Comissão **indefere** o recurso de anulação da questão e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 32

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

O exercício do cargo de auditor requer conhecimentos específicos sobre Gestão Orçamentária Pública, conforme consta no Anexo II, relativo ao Conteúdo Programático, parte integrante do Edital nr. 07/2011, do Concurso Público para Provimento de Cargos Técnico-Administrativos em Educação, do Campus da Liberdade, em Redenção-CE, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). O conhecimento das vedações orçamentárias constitucionais constitui-se de extremada relevância para a Gestão Orçamentária Pública.

Na Constituição Federal de 1988, no Artigo 167. São vedados:

.....

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo art. 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem assim o disposto no § 4º deste artigo; <alterado pela E.C. 3/93>

Ou seja, como existem ressalvas a opção “B” que considera somente “a vinculação de receita e impostos a órgão, fundo ou despesa” torna-se uma opção falsa.

Assim sendo, a única opção correta é a “C”.

Em face da argumentação apresentada, a Comissão **indefere** o recurso de anulação da questão e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 35

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

O exercício do cargo de auditor requer conhecimentos específicos sobre Direito Administrativo, conforme consta no Anexo II, relativo ao Conteúdo Programático, parte integrante do Edital nr. 07/2011, do Concurso Público para Provimento de Cargos Técnico-Administrativos em Educação, do Campus da Liberdade, em Redenção-CE, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). O Direito Administrativo é o ramo do direito que regula a função administrativa do Estado. Nesse contexto, contempla e aborda as questões relativas às funções do Estado; os princípios gerais e constitucionais; os poderes da administração; o processo administrativo; os órgãos públicos (classificação e estrutura da administração); licitação; os contratos administrativos; convênio; consórcio; patrimônio público; consórcio; bens públicos; responsabilidade do Estado; agente público; agências reguladoras; concessão, permissão e autorização de serviço público, dentre outros.

O assunto da questão refere-se ao conceito de Patrimônio Público, objeto de estudo dentro do Direito Administrativo; além de estar contemplado dentro dos conhecimentos específicos sobre Gestão Patrimonial Pública que também constam no Anexo II do edital mencionado anteriormente.

Em face da argumentação apresentada, a Comissão **indefere** o recurso de anulação da questão e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 47

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A Resolução CFC nr. 820/97 de 17 de dezembro de 1997, das Normas de Auditoria independente das demonstrações contábeis, no item 11.2.6.2 estabelece como procedimentos técnicos básicos a inspeção, observação, investigação e confirmação, cálculo e revisão analítica. Considerando que as alterações posteriores não revogaram os procedimentos citados, a resposta correta é a letra "A".

Em face da argumentação apresentada, a Comissão **retifica** o gabarito e indica a letra A como alternativa correta.

Profa. Maria de Jesus de Sá Correia
Presidente da CCV/UFC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE CONCURSOS – CCV

Evento: Concurso Público para Provimento de Cargo Técnico Administrativo em Educação – UNILAB 2011
Edital Nº 07/2011

RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA GABARITO/QUESTÃO

Em respeito ao item 13.2 do Edital que rege o presente concurso, encaminho o Parecer da Banca Elaboradora da Prova de: Conhecimentos Específicos (questão 24), para o **Cargo de Enfermeiro**.

P A R E C E R

Conhecimentos Específicos – Questão 24

A comissão responsável efetuou a análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A candidata recorreu fundamentando no código de ética antigo, anexando o documento do COREN-Piauí, no qual as responsabilidades eram separadas dos deveres.

Contudo, o código de ética dos profissionais de enfermagem foi reformulado em 08 de fevereiro de 2007, no qual consta no Capítulo I, Das relações profissionais, no item Responsabilidades e Deveres, Art. 5º - Exercer a profissão com justiça, compromisso, equidade, resolutividade, dignidade, competência, responsabilidade, honestidade e lealdade. Cujo artigo refere ao item correto da questão 24, pois trata-se da responsabilidade e do dever do profissional enfermeiro.

Ressalta-se que no referido código de ética consta no Art. 132 - O presente Código entrará em vigor 90 dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2007.

O Código de ética dos profissionais de enfermagem encontra-se disponível no site do Conselho Federal do Enfermagem (http://site.portalcofen.gov.br/node/4158).

Diante da argumentação apresentada, a comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Profa. Maria de Jesus de Sá Correia
Presidente da CCV/UFC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE CONCURSOS – CCV

Evento: Concurso Público para Provimento de Cargo Técnico Administrativo em Educação – UNILAB 2011
Edital Nº 07/2011

RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA GABARITO/QUESTÃO

Em respeito ao item 13.2 do Edital que rege o presente concurso, encaminho o Parecer da Banca Elaboradora da Prova de: Conhecimentos Específicos (questões 23 e 27), para o **Cargo de Médico/Clínico Geral**.

P A R E C E R

Conhecimentos Específicos – Questão 23

A VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão recomenda a meta de PA inferior a 130/80 mmHg no tratamento de pacientes diabéticos de uma maneira geral. Entretanto a referência 16 na qual se baseia esta recomendação da diretriz corresponde a um artigo original no qual pacientes com diabetes e proteinúria > 1g/24h não eram incluídos no estudo. Para pacientes com proteinúria acima de 1g/24h a meta terapêutica é mais rigorosa, conforme se verifica no livro Tratado de Clínica Médica, Ed. ROCA-2009, página 664 do volume 1, sub-capítulo Hipertensão arterial no tópico Doenças Cardiovasculares: “Recomenda-se que a PA seja reduzida para valores inferiors a 130/85 **e a 125/75mmHg se houver proteinuria maior que 1g/24h**. No caso clinico descrito no enunciado o paciente apresenta uma proteinúria de 1,2g nas 24h. Portanto a resposta correta é a letra B. A PA deve ser mantida abaixo de 125/75mmHg.

Diante do exposto, a Comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 27

Considerando que consta nas Diretrizes brasileiras para pneumonia adquirida na comunidade em adultos imunocompetentes – 2009 que: “A proteína C reativa é um marcador de atividade inflamatória e pode ter **valor prognóstico** no **acompanhamento do tratamento**. A manutenção de níveis elevados após 3-4 dias de tratamento e uma redução inferior a 50% do valor inicial sugere **pior prognóstico** ou surgimento de complicações.”; e que a pergunta versa sobre qual o marcador de mal prognóstico em paciente com PAC, consideramos que as opções B e D estão corretas.

Diante do exposto, a Comissão **anula** a questão 27.

Profa. Maria de Jesus de Sá Correia
Presidente da CCV/UFC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE CONCURSOS – CCV

Evento: Concurso Público para Provimento de Cargo Técnico Administrativo em Educação – UNILAB 2011
Edital Nº 07/2011

RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA GABARITO/QUESTÃO

Em respeito ao item 13.2 do Edital que rege o presente concurso, encaminho o Parecer da Banca Elaboradora da Prova de: Conhecimentos Específicos (questões 21, 24, 29, 32, 38, 41, 43, 47 e 48), para o **Cargo de Psicólogo/Social-comunitário**.

P A R E C E R

Conhecimentos Específicos – Questão 21

A comissão responsável efetuou análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos seguintes termos:

A palavra libertação tornou-se significativa não somente para a práxis política e para a reflexão teológica. Ela veicula a emergência de uma nova consciência histórica, como maneira de compreender e de se situar face à totalidade da história. A linguagem da libertação, por mais diversas que se apresentem suas ramificações, articula uma nova ótica pela qual se interpreta a história humana no seu presente e no seu passado. Pensar e atuar em termos de libertação em política, em economia, em pedagogia, em religião, em sociologia, em medicina, em psicologia ou em crítica ideológica implica uma virada hermenêutica e a entronização de um novo estado de consciência.

Na perspectiva da Psicologia e da Saúde Comunitária, a práxis de vida, libertação e cidadania parte do reconhecimento da existência de uma natureza sagrada e irmã que está sendo destruída e de uma identidade humana e amorosa que é negada, oprimida e explorada, a qual ignora ou busca a libertação. Essa práxis implica a existência de um indivíduo negado e de um povo também negado, coisificado, no cativeiro. (Góis, 2008)

Para Boff (1995, p. 171), “importa decifrar as causas produtoras do sofrimento, buscar suas raízes culturais, no jogo das relações de poder econômico, político e ideológico. A pobreza não é inocente nem natural; ela é produzida; por isso, o pobre é um explorado e um empobrecido. Foi mérito da racionalidade marxista ter mostrado que o pobre é um oprimido, alguém que foi desumanizado por um processo objetivo de expoliação de natureza econômica, política, ecológica e cultural”. A partir disso, fica explícito que a negativa do item “D” não o torna verdadeiro, como argumenta o requente.

Em face da argumentação apresentada, a Comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 24

A comissão responsável efetuou análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos seguintes termos:

A Psicologia Comunitária, de acordo com Góis (2003), é uma área da Psicologia Social voltada para a compreensão da atividade comunitária como atividade social significativa (consciente), própria do modo-de-vida (objetivo e subjetivo) da comunidade e que abarca seu sistema de relações e representações, modo de apropriação do espaço da comunidade, a identidade pessoal e social, a consciência, o sentido da comunidade e os valores e sentimentos aí implicados. Tem por objetivo o desenvolvimento do sujeito da comunidade, mediante o aprofundamento da consciência dos moradores com relação ao modo-de-vida da comunidade, através de um esforço interdisciplinar voltado para a organização e desenvolvimento dos grupos e da própria comunidade. Apresenta algumas categorias básicas, dentre as quais se destacam a Atividade, a Consciência e a Identidade.

A Atividade e a Consciência constituem, juntamente com a Personalidade, as categorias básicas da Psicologia (Leontiev, 1981). São fundamentais para a compreensão do psiquismo. Segundo Góis (2003), não aparecem separadas entre si nem das condições objetivas da vida, por isso mesmo não se explicam por si mesmas. Os objetos da realidade, apropriados no decurso da atividade humana, ressurgem, contraditoriamente, na forma de imagens na consciência, com sentido e significação, ao mesmo tempo,

históricas, universais e singulares.

O conceito de vivência é amplamente utilizado por diversos campos do conhecimento, tanto no domínio da ciência, quanto do senso comum. Para o Sistema Biodança, base da Psicologia Comunitária, o termo representa uma condição elementar para a manutenção da vida humana, é expressão do potencial genético e segue a direção da nutrição, da vinculação e da integração com a vida. (Góis, 2002). È base para o método da Psicologia Comunitária: o dialógico-vivencial, que facilita a construção de caminhos para que se alcancem os objetivos.

Em face da argumentação apresentada, a Comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 29

A comissão responsável efetuou análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos seguintes termos:

A atividade comunitária é um sistema de ações, instrumentais e comunicativas, próprio da atividade psíquica decorrente do modo de vida do lugar/comunidade, orientado para a construção dos indivíduos como sujeitos do seu mundo e da vida em comunidade. De acordo com Góis (1993, p. 60), “para que ocorra atividade comunitária não é necessário que exista a comunidade como um lugar que apresenta um certo nível de participação e ação comum. Basta existir no lugar um grupo de pessoas que atuem desse modo”. Como citado acima, o item aponta elementos trazidos pelo próprio “expoente na abordagem do assunto” mencionado na justificativa pela requerente e, portanto, não há incoerência com as suas idéias. É preciso que se fique atento para a alternativa apresentada, de que “basta existir no lugar um grupo de pessoas que atue desse modo”, que é um modo de vida próprio, que atribui significados a realidade, facilita a interação entre as pessoas, a construção de instituições, enfim, a realização do cotidiano dentro de uma lógica social e simbólica.

Quanto às ações instrumentais que compõem o sistema de ações da atividade comunitária, definem-se como ações em que o indivíduo utiliza-se de ferramentas e equipamentos necessários à transformação direta da realidade, conforme o objetivo da atividade. Portanto, a alternativa “C” está errada por trazer a transformação indireta da realidade, o que não corresponde à definição das ações instrumentais.

Em face da argumentação apresentada, a Comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 32

A comissão responsável efetuou análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos seguintes termos:

A Psicologia Comunitária teve sua origem nos movimentos sociais comunitários, sobretudo no de saúde mental, de distintos países da América e da Europa. Porém, a adoção formal do termo, aceita por boa parte dos Psicólogos Comunitários, aconteceu durante a Conferência de Swampscott, um distrito de Boston – em maio de 1965. A conferência teve por finalidade debater a formação dos novos psicólogos e ampliar a noção de saúde mental ao âmbito comunitário, tema da ata firmada pelo Presidente Kennedy, em 1963, que criava os Centros de Saúde Mental Comunitária. (Góis, 2005).

O requerente argumenta que “um momento decisivo para a abordagem comunitária foram as propostas de mudança apresentadas pelo Presidente Kennedy ao Congresso Americano em 1963, onde defendeu a reintegração dos doentes mentais na comunidade” (ORNELAS). De fato, foi um momento decisivo. A opinião dos autores é convergente quanto ao tema e importância da ata firmada pelo Presidente Kennedy. No entanto, o que se espera como resposta é em que situação aconteceu a “adoção formal do termo Psicologia Comunitária”, que, no caso, encontra-se no item “B” – durante a Conferência de Swampscott.

Em face da argumentação apresentada, a Comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 38

A comissão responsável efetuou análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos seguintes termos:

A Biodança, uma das bases da Psicologia Comunitária, é um “sistema de integração humana, de renovação orgânica, de reeducação afetiva e de aprendizagem das funções originais da vida” (TORO, 2002, p. 33). Com um modelo teórico próprio, transdisciplinar, a Biodança define e articula conceitos importantes para as suas consolidações teóricas, metodológicas e técnicas, tais como as sistematizações sobre a vivência, a identidade, a corporeidade, o movimento, o instinto, a carícia, a dança, a regressão, a progressividade, a afetividade, dentre outras.

Tem uma proposta que se baseia no desenvolvimento do potencial humano, o que inclui formação de

vínculos amorosos com a vida. O processo de regressão é facilitado por músicas e danças específicas e ocorre com indivíduos participantes de um grupo. Para Toro (2002, p 116), “durante o estado de regressão, o participante, como nas cerimônias arcaicas de povos primitivos, retornam à condição primordial, ao indiferenciado. Esta não é uma simples representação simbólica, mas a indução de um estado biológico de renovação e de reintegração à unidade biocósmica.”

Partindo desse referencial, Góis e Ribeiro (2005) investigaram sobre a ação dos estados regressivos (facilitados pela Biodança em situações de grupo) sobre a saúde percebida, ou seja, como os participantes dos diversos grupos de Biodança se auto-percebem quanto à sua saúde e bem-estar existencial, como caracterizam esse bem-estar orgânico e psíquico. Como resultado, obtiveram que os momentos regressivos das sessões de Biodança contribuem para o processo de cura e de fortalecimento de um estado saudável no indivíduo, por entender que os estados regressivos, como o sono, a meditação e outros, são propiciadores de regulação, harmonização e restauração psíquica e orgânica.

Portanto, a afirmação do item “D” é correta e, respondendo ao argumento do requerente de que a questão deveria ser anulada devido ao fato de que Góis não faz nenhuma afirmativa referente a esse item, traz-se que uma das pesquisas foi desenvolvida por ele, em 2005, em co-autoria com Ribeiro.

Em face da argumentação apresentada, a Comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 41

A comissão responsável efetuou análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos seguintes termos:

A Saúde Comunitária propõe-se como alternativa crítica aos serviços de saúde tradicionais e envolve todas as atividades realizadas na e com a comunidade em nome da saúde dos moradores. Para Rodríguez Marín et al (apud Martín González et al, 1993), “os objetivos da Saúde Comunitária devem contemplar as necessidades concretas de cada comunidade, os riscos existentes para a saúde na mesma, a promoção da saúde e a prevenção da enfermidade, assim como sua cura quando tenha se produzido e, finalmente, a educação em saúde”.

A Saúde Comunitária apresenta dois principais âmbitos de atuação a partir da formação de pontes ativas entre as políticas públicas, os profissionais e a comunidade. São eles: 1) Participação dos profissionais de saúde no processo de desenvolvimento comunitário; 2) Ação Diferencial tomando como referência o ciclo de vida, as minorias e os portadores de necessidades especiais. Portanto, o item “E” apresenta um dos dois principais âmbitos de atuação e não três deles, como argumentado pelo requerente.

Em face da argumentação apresentada, a Comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 43

A comissão responsável efetuou análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos seguintes termos:

A meta da Psicologia Social Comunitária, de acordo com Lane (2003), é atingir o indivíduo concreto, manifestação de uma totalidade histórico-social. Para a autora, é preciso partir do empírico e, através de análises sucessivas nos aprofundarmos, além do aparente, em direção a esse concreto. Para tanto, necessitamos de categorias que a partir do empírico nos levem ao processo subjacente e a real compreensão do indivíduo estudado. Algumas categorias como a consciência, a identidade, a linguagem, pensamento e representações sociais são trazidas como constituintes da Psicologia Social.

Diante disso, tem-se que a ação do psicólogo no nível da consciência, da atividade e da identidade, através da linguagem e das representações nas relações grupais destaca-se como fundamental para uma sistematização teórico-prática das experiências do psicólogo social em comunidade.

Em face da argumentação apresentada, a Comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 47

A comissão responsável efetuou análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos seguintes termos:

A Psicologia Comunitária constitui um importante campo teórico-prático para o trabalho em Atenção Primária à Saúde, pois pode possibilitar maior aproximação entre os serviços e as questões de relevância social das comunidades. Rozani e Rodrigues (2006), autores citados pela requerente, afirmam que a função mais adequada da Psicologia na comunidade seria a de um trabalho educativo e conscientizador que possa levar a população, por seus próprios meios, a criar alternativas de melhorias de suas condições. A ênfase está “nos próprios meios da comunidade”, no empoderamento da população em relação a si mesma e ao lugar onde habita e constrói muitas de suas relações familiares, de trabalho, comunitárias e sociais. Dentre

as várias formas de atuação do psicólogo, destaca: a) a priorização de práticas que visem mais à prevenção e promoção do que à reabilitação; b) as intervenções, que devem visar muito mais ao desenvolvimento de competências sociais; c) trabalho que proporcione a parceria com a comunidade, e não o atendimento direto, realizando, inclusive, projetos com a população.

Em face da argumentação apresentada, a Comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 48

A comissão responsável efetuou análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos seguintes termos:

Para Moscovici (1994, p. 8), o conceito de representação social tem suas origens na Sociologia e na Antropologia, através de Durkein e de Lévi-Bruhl. Também contribuíram para a criação da teoria das representações sociais: a teoria da linguagem de Saussure, a teoria das representações infantis de Piaget e a teoria do desenvolvimento cultural de Vigotsky.

A teoria das representações sociais pode ser considerada como uma forma sociológica de Psicologia Social (FARR, 1994). O que motivou Moscovici a desenvolver os estudos sobre essa teoria dentro de um trabalho científico foi, principalmente, sua crítica aos pressupostos positivistas e funcionalistas das demais teorias que não explicavam suficientemente a realidade em algumas dimensões, como a histórico-crítica.

No Brasil, o interesse pela teoria das representações sociais teve seu início no final da década de 70, lembrando sua estreita relação com o desenvolvimento da própria Psicologia Social que, a partir de algumas instituições, assume uma postura mais crítica, não apenas em relação à Psicologia americana, mas também em contrapartida ao “papel subserviente da ciência frente às questões de ordem macro-social” (SPINK, 1996, p. 170)

No texto citado pelo requente, tem-se que “a metodologia usada para a análise das representações sociais se aproxima muito dos métodos utilizados na pesquisa antropológica, quando da observação dos grupos urbanos e em especial das camadas menos favorecidas da população” (ARAÙJO, 2008). O trecho faz referência a Antropologia, uma das origens da representação social, como citado acima. No entanto, quando relacionada à Psicologia Social, a teoria das representações sociais pode ser considerada como uma forma sociológica.

Em face da argumentação apresentada, a Comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Profa. Maria de Jesus de Sá Correia
Presidente da CCV/UFC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE CONCURSOS – CCV

Evento: Concurso Público para Provimento de Cargo Técnico Administrativo em Educação – UNILAB 2011
Edital Nº 07/2011

RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA GABARITO/QUESTÃO

Em respeito ao item 13.2 do Edital que rege o presente concurso, encaminho o Parecer da Banca Elaboradora da Prova de: Conhecimentos Específicos (questões 39, 41 e 46), para o **Cargo de Técnico em Assuntos Educacionais**.

P A R E C E R

Conhecimentos Específicos – Questão 39

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A alternativa correta solicitada pela questão está no artigo 6º e não entre os artigos 32 a 34 conforme solicitado no comando da questão. Diante do exposto e após análise técnica a Comissão, considera **a questão 39 anulada.**

Conhecimentos Específicos – Questão 41

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A questão **não** fez referência aos artigos 26 e 28 da LDB. Não consta nada em seu comando sobre esses artigos. A questão foi elaborada com base no artigo 23, parágrafo 2º:

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.

Nesse sentido, a resposta **"C"** está correta. O cumprimento da carga horária anual não extingue a autonomia das escolas para adequar seus calendários da forma que melhor atenda à clientela. Adequar os calendários não significa deixar de cumprir a carga horária prevista por Lei.

Em face da argumentação apresentada, a Comissão **indefere** o recurso e ratifica gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 46

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A alternativa correta solicitada pela questão não está descrita Decreto nº 5.800 de 8 de junho de 2006, conforme solicitado no comando da questão. Diante do exposto e após análise técnica a Comissão, considera a **questão 46 anulada.**

Profa. Maria de Jesus de Sá Correia
Presidente da CCV/UFC

Médio

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE CONCURSOS – CCV

Evento: Concurso Público para Provimento de Cargo Técnico Administrativo em Educação – UNILAB 2011
Edital Nº 07/2011

RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA GABARITO/QUESTÃO

Em respeito ao item 13.2 do Edital que rege o presente concurso, encaminho o Parecer da Banca Elaboradora da Prova de: **Língua Portuguesa** (questões 01, 02, 03, 04, 05, 07, 09, 11, 12, 13, 14 e17).

P A R E C E R

Língua Portuguesa – Questão 01

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A questão um trata de leitura. É correta a alternativa (A), vez que a presidenta se pauta por palavras do gênero feminino: *vida, alma, esperança, coragem* e *sinceridade* (linhas 21-22), cuja conotação é axiologicamente positiva. As demais alternativas estão erradas. A alternativa (B), por exemplo, é falsa, pois as palavras, enquanto tais, não trazem a marca ideológica de feminismo radical pelo sentido dicionarial que comportam. No contexto, são valoradas pela presidenta em função do gênero gramatical, associadas a elevados valores morais.

Em face da argumentação apresentada**,** a comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Língua Portuguesa – Questão 02

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A questão dois aborda leitura. É correta a alternativa (B), pois, no trecho "É com humildade pessoal, mas, com justificado orgulho de mulher..." (linhas 16-17), há contradição entre o fato de haver *humildade pessoal* (linha 17) e o *justificado orgulho de mulher* (linha 17). O "ser mulher" implica ser "pessoa", isto é, a espécie está inclusa no gênero. De modo que *humildade* nega *orgulho*. Há, pois, contradição. As demais contêm trechos em que não há contradição. Na alternativa (E), no trecho "É uma questão de dinâmica discursiva, prevista nos jogos de linguagem, feitos de consensos e discordâncias" (linhas 37-38), há *oposição*, mas não da perspectiva de uma só pessoa, mas de diferentes perspectivas de leitura oriundos da dinâmica discursiva. Não se trata de contradição.

Em face da argumentação apresentada, a comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Língua Portuguesa – Questão 03

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A questão três trata de leitura, especificamente, identificação das relações coesivas. Está correta a alternativa (D). Na frase "Enfaticamente deseja lembrar a figura da mulher" (linhas 32-33), há elipse do termo "a presidenta", expresso na frase anterior: "Assim, a presidenta, ao falar às mulheres, também fala ao outro. Enfaticamente [*a presidenta*] deseja lembrar a figura da mulher" (linhas 32-33).

Nas demais alternativas, não há elipse de termo expresso na frase anterior, entendendo-se por frase a unidade melódica como um todo, marcada na escrita por ponto final. Na alternativa (A), não há elipse, o pronome relativo *que*, sujeito da frase, refere-se ao sintagma nominal anterior. Na alternativa (B), não há omissão, pois a frase anterior deveria ter o pronome *nós*. Na alternativa (C), passa-se de uma frase com sujeito determinado para outra de sujeito indeterminado. Por fim, na alternativa (E), no trecho "Pode ser, mas muito mais a manifestação do poder retórico da linguagem" (linhas 42-43), nada há de expresso, no trecho anterior, a que a frase em apreço faça remissão. O contexto em que está inserida a frase é "Coisas e ideias de seu marqueteiro? Pode ser, mas muito mais a manifestação do poder retórico da

linguagem” (linhas 42-43), donde se conclui que há uma retomada anafórica da frase anterior pelo pronome *isto*, termo depreendido da forma singular do verbo e não expresso na frase anterior. Não é válido considerar que a omissão é de “Coisas e ideias de seu marqueteiro”, vez que exigiria a concordância plural: “podem ser”. Portanto, a alternativa (E) é falsa.

Em face da argumentação apresentada, a comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Língua Portuguesa – Questão 04

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A questão quatro aborda compreensão leitora. Está correta a alternativa (D). Ao referir-se às duas possibilidades de gênero gramatical no contexto, o autor indica a prevalência do gênero humano sobre o gênero sexual, como demonstra cabalmente o trecho na íntegra: “Dilma pode ser presidenta e presidente, mas prioriza a sua interlocução com as mulheres e, com isso, não deixa de falar com os homens” (linhas 38-39) e o seguinte: “Possui, certamente, um discurso afinado com a emancipação feminina, mas <u>não faz um governo de gênero</u>” (linhas 39-40).

A alternativa (C) é incorreta, pois, com esse trecho, no contexto em que está inserido, o autor não faz alusão a características gramaticais, dadas por irrelevantes, como mostra a locução verbal “pode ser (=tanto faz)”.

A alternativa (E) é igualmente falsa, pois a frase mostra que o importante é a afinidade da presidenta com os governados e não questões de natureza gramatical, vinculadas a assuntos políticos, como bem mostra a locução verbal “pode ser” e o contexto no qual a frase está inserida.

Em face da argumentação apresentada, a comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Língua Portuguesa – Questão 05

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A questão cinco trata de leitura, item 3 do Programa: Identificação do significado de palavras recorrendo ao contexto. A expressão “Lugar de fala” (linhas 13-14), usada no trecho: “Em seus quatro primeiros parágrafos, a presidenta Dilma fala a partir de seu ‘lugar de
fala’, presidenta do Brasil” (linhas 13-14), é explicitada com base em dois parâmetros: as aspas que chamam a atenção para o uso especial de uma expressão e o aposto “presidenta do Brasil”. Portanto, não há cabimento para interpretar-se o sintagma como “assento, cadeira” como na alternativa (B). Tampouco se justifica interpretar a expressão com o significado de “interação social mantida com as mulheres”, já que se trata apenas de um contexto sociodiscursivo, conforme postula alternativa (E), a correta.

Em face da argumentação apresentada, a comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Língua Portuguesa – Questão 07

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A questão sete trata de sinonímia. É correta a alternativa (A). *Tenacidade* no contexto “que, como eu, nasceram mulher, e que, com <u>tenacidade</u>, estão ocupando o lugar que merecem no mundo” (linhas 18-19) significa “firmeza”, conforme se depreende do verbete *tenaz* do Aurélio: “firme”. *Alegoricamente*, no trecho “Quando se fala alegoricamente” (linha 31) significa “em sentido figurado”. *Enfaticamente,*por seu turno, significa “acentuadamente”, no trecho: “Enfaticamente deseja lembrar a figura da mulher” (linhas 32-33). *Diabólica*, no trecho “Existe também uma visão diabólica da alegoria que luta contra a mesmice do simbólico.” (linhas 36-37) significa “opositora”. Por fim, *emancipação* no trecho “Possui,
certamente, um discurso afinado com a emancipação feminina” (linhas 39-40) significa “libertação”.

Em face da argumentação apresentada, a comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Língua Portuguesa – Questão 09

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A questão nove trata de sinonímia. É correta a alternativa (C), em que o prefixo *pró* significa “a favor de, seguidor de”. *Pró-Lula* (seguidor de Lula) é, portanto, a mesma coisa que *lulista*, em que o sufixo *–ista* signifca “aquele que adere”. Nos demais casos, a sinonímia não se justifica: o prefixo *neo-* (alternativa A) significa “novo”, de modo que *neolulista* significa “novo seguidor de Lula”; o prefixo *pós* -(alternativa B) significa “posterior”, de sorte que *pós-Lula* significa “após Lula”; o prefixo *co-* (alternativa D) significa

“contemporâneo”, assim, *co-lulista* significa “contemporâneo de Lula”; por fim, *arqui-* (alternativa E) significa “mais que”, de tal forma que *arquilulista* significa “mais que um mero seguidor de Lula”.

Em face da argumentação apresentada, a comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Língua Portuguesa – Questão 11

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A questão onze trata de fonologia: reconhecimento de valores fonéticos de alguns
Fonemas. Está correta a alternativa (D). Na palavra *coragem* o fonema /k/ classifica-se como velar oclusivo surdo. Nas demais alternativas, não há fonema consonantal velar oclusivo surdo. Na alternativa (B), há um fonema velar oclusivo, mas é sonoro. Na alternativa (E), há fonema oclusivo, mas é linguodental sonoro.

Em face da argumentação apresentada, a comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Língua Portuguesa – Questão 12

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A questão doze aborda o item 1.4. do Programa: “aplicação das normas estabelecidas no sistema ortográfico adotado no Brasil, considerando-se o que prescreve o Decreto Nº. 6.583, de 29 de setembro de 2008”. É correta a alternativa E. Segundo o Novo Acordo, o prefixo *inter* “separa-se com hífen quando antecede palavras iniciadas com *h* ou *r*” (CEGALLA, Domingos Paschoal. *Dificuldades de dificuldades da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexicon, 2010).

Em face da argumentação apresentada, a comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Língua Portuguesa – Questão 13

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A questão treze aborda o item 2.6.do Programa: reconhecimento dos elementos mórficos das palavras. É correta a alternativa (A), pois se trata de substantivo abstrato derivado do adjetivo *certo,* a partir do sufixo *–eza*. As alternativas (B) e (C) são falsas, pois não possuem sufixo. A alternativa (D) possui sufixo com valor de “conjunto” e não derivado de adjetivo. O mesmo se pode dizer da alternativa (E) que vem de uma raiz presa.

Em face da argumentação apresentada, a comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Língua Portuguesa – Questão 14

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A questão catorze trata do item 2.9. do Programa: decomposição dos vocábulos em suas unidades mínimas de significação. É correta a alternativa (C): *enfatic*-(raiz); -a- (desinência de gênero ou vogal de ligação, conforme o autor); *-mente* (sufixo formador de advérbios). As demais seriam segmentadas corretamente como se segue:

A) *primeir-a*
B) *discurs-o-s* ou *discurso-s*
D) *emancip-a-ção*
E) *goian-o* ou *goiano*

Conforme deixar claro que a segmentação é sincrônica e não baseada na história da língua.

Em face da argumentação apresentada, a comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Língua Portuguesa – Questão 17

A Comissão responsável efetuou a análise do recurso administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A questão dezessete diz respeito ao item 3.5. do Programa: classificação dos verbos quanto a sua predicação. É correta a alternativa (B), pois o verbo *viver* está empregado como transitivo direto, cujo complemento é “esse momento histórico”. Na alternativa (A), o verbo é classificado como transitivo direto e indireto, sendo objeto direto “a sua capa” e objeto indireto “a ela”.

Em face da argumentação apresentada, a comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Profa. Maria de Jesus de Sá Correia
Presidente da CCV/UFC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE CONCURSOS – CCV

Evento: Concurso Público para Provimento de Cargo Técnico Administrativo em Educação – UNILAB 2011
Edital Nº 07/2011

RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA GABARITO/QUESTÃO

Em respeito ao item 13.2 do Edital que rege o presente concurso, encaminho o Parecer da Banca Elaboradora da Prova de: Conhecimentos Específicos (questões 21, 22, 25, 27, 30, 31, 34, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47 e 49), para o **Cargo de Assistente em Administração**.

P A R E C E R

Conhecimentos Específicos – Questão 21

21. Assinale a alternativa que indica corretamente as características de uma administração pública gerencial.

A) A administração pública gerencial concentra-se fundamentalmente na rigorosa profissionalização da administração pública.
B) A administração pública gerencial significa uma evolução da coisa pública, abalando decisivamente os pilares da burocracia.
C) A administração pública gerencial adota a lógica privada na gestão da coisa pública, adotando a eficiência, eficácia e efetividade.
D) A administração pública gerencial está presente durante os primeiros anos da república, e nela não há clara distinção entre propriedade pública e propriedade privada.
E) A administração pública gerencial constitui um avanço e até certo ponto um rompimento com a administração pública burocrática, pois deixa de concentrar-se nos processos para concentrar-se nos resultados.

Os candidatos recorrentes alegam em suas razões que o Gabarito Oficial do concurso público para o cargo de Assistente em Administração, consoante a questão 21, do caderno de provas**,** não está correto afirmar que a resposta contida na alternativa **"E"** é a **única** verdadeira, mas defendem os candidatos que a alternativa correta é a **"C", ou ainda,** que há mais de uma alternativa correta, ou seja, a alternativa **"D"** e **"E"**.

A Comissão responsável efetuou a análise do Recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, 1995, no item "As três formas da Administração Pública", diz textualmente:

"A reforma do aparelho do Estado não pode ser concebida fora da perspectiva de redefinição do papel do Estado e, portanto, pressupõe o reconhecimento prévio das modificações observadas em suas atribuições ao longo do tempo. Dessa forma, partindo-se de uma perspectiva histórica, verificamos que a administração pública - **cujos princípios e características não devem ser confundidos com os da administração das empresas privadas** - evoluiu através de três modelos básicos: a administração pública patrimonialista, a burocrática e a gerencial. Essas três formas se sucedem no tempo, sem que, no entanto, qualquer uma delas seja inteiramente abandonada."

(....)

"A administração pública gerencial inspira-se na administração de empresas, mas não pode ser confundida com esta última. Enquanto a receita das empresas depende dos pagamentos que os clientes fazem livremente na compra de seus produtos e serviços, a receita do Estado deriva de impostos, ou seja, de contribuições obrigatórias, sem contrapartida direta. Enquanto o mercado controla a administração das empresas, a sociedade - por intermédio de políticos eleitos - controla a administração pública. Enquanto a administração de empresas está voltada para o lucro privado, para a maximização dos interesses dos acionistas, esperando-se que, através do mercado, o interesse coletivo seja atendido, a administração pública gerencial está explícita e diretamente voltada para o interesse público".

(....)

"**Emerge na segunda metade do século XX**, como resposta, de um lado, à expansão das funções econômicas e sociais do Estado e, de outro, ao desenvolvimento tecnológico e à globalização da economia mundial, uma vez que ambos deixaram à mostra os problemas associados à adoção do modelo anterior. A eficiência da administração pública - a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, tendo o cidadão como beneficiário - torna-se então essencial. A reforma do aparelho do Estado **passa a ser orientada predominantemente pelos valores da eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos e pelo desenvolvimento de uma cultura gerencial nas organizações".**

Importante ainda observar o dicionário Houaiss, 2009, define:
Inspirar – ação que se exerce sobre as disposições psíquicas, sobre a vontade de determinada pessoa; conselho, sugestão e influência.
Adotar – incorporar sistematicamente (prática, costume, hábito etc), aceitar por um período relativamente extenso ou permanente (idéia, doutrina, opinião etc) como boa ou necessária; optar por; assumir, seguir.

Com relação a defesa de que há mais de uma opção correta, ou seja, a opção **"D"** e **"E"**.

Ainda no item As três formas da Administração Pública**, o** Plano de Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, 1995, grifo nosso, diz textualmente:

(.....)

Administração Pública Patrimonialista - No patrimonialismo, o aparelho do Estado funciona como uma extensão do poder do soberano, e os seus auxiliares, servidores, possuem status de nobreza real. Os cargos são considerados prebendas. A res publica não é diferenciada da res principis. Em conseqüência, a corrupção e o nepotismo são inerentes a esse tipo de administração. No momento em que o capitalismo e a democracia se tornam dominantes, o mercado e a sociedade civil passam a se distinguir do Estado. Neste novo momento histórico, a administração patrimonialista torna-se uma excrescência inaceitável.

(.....)

".Administração Pública Gerencial - **Emerge na segunda metade do século XX"** .....

Ao analisar as argumentações dos requerentes, sem muito esforço, logo se constata a fragilidade das argumentações dos requerentes.

Por fim, as razões oferecidas neste recurso estão plenamente refutadas e insubsistentes, por restar configurado a ausência de pressupostos legais, para tornar referidas questões nulas.

Em face da argumentação apresentada, a Comissão responsável pelo concurso da UNILAB**,** em apreciação e análise do recurso administrativo interposto, **indefere** a solicitação e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 22

22. O Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, destacou que as atividades da administração federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais:

A) planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência e controle.
B) planejamento, tomada de decisão, delegação de competência, coordenação e controle.
C) planejamento, organização, delegação de competência, coordenação e controle.
D) planejamento, coordenação, descentralização, tomada de decisão e controle.
E) planejamento, organização, direção, coordenação e controle.

Os candidatos recorrentes alegam em suas razões que o Gabarito Oficial do concurso público para o cargo de Assistente em Administração, consoante a questão 22, do caderno de provas, não está correto afirmar que a resposta contida na alternativa **"A"** é a **única** verdadeira. Defendem os candidatos que a alternativa correta é a **"C",** ou ainda, que a questão deve ser anulada por falta de especificidade no conteúdo do programa publicado no edital 07/2011.

A Comissão responsável efetuou a análise do Recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

Alega a requerente que o Edital Nº07/2011 não especificou que os princípios da Administração Federal seriam do Decreto-Lei 200. E cita o Art 2º da Lei 9.784/99.

O Edital 07/2011, cita textualmente no item 3:

(....)

Item 3 : Princípios fundamentais da administração pública: administração pública no Brasil, administração pública gerencial, reforma da gestão pública e sistemas de administração federal.

É notório que as recorrentes confundiram os conteúdos, senão vejamos:

Lei Nº 9.784/1999 – Regula o **processo administrativo** no âmbito da Administração Pública Federal. No artigo 2º afirma textualmente:

Art. 2° - A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Decreto-Lei 200/67 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências,

No Título II – Dos **Princípios fundamentais**, no artigo 6ª afirma textualmente:

(....)

Art. 6º As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes **princípios fundamentais:**

I - Planejamento;
II - Coordenação;
III - Descentralização;
IV - Delegação de competência;
V - Controle.

Processo administrativo – a administração foi definida por Fayol em 1919 como processo dinâmico que compreende cinco funções interligadas: **planejamento, organização, direção, coordenação e controle.**

Por outra vertente, o Decreto-Lei 200/67 é vinculado intimamente à administração pública, assim como a lei que normativa, orienta a operacionalidade dos procedimentos e processos administrativos no que tange aos atos proferidos pelo gestor público. **Esta norma está para administração pública, assim como o regimento interno está para cada organização pública**. Não se pode deixar de estudar ou de conhecer o estatuto social de uma empresa, sem sequer, dar uma verificada no seu regimento interno, ou vive-versa, pois ambos estão jungidos pela mesma natureza, mesma espécie, isto é, um não existe sem o outro, são conexos. Dispensável, portanto, qualquer recomendação nessa direção.

Assim também, o Decreto-lei 200/67 funciona como um capítulo da administração pública, por conseguinte, ao estudar matérias de concurso para cargos inerentes a administração pública forçosamente tem que se estudar o decreto-lei 200/67, a Constituição Federal e outras legislações pertinentes a administração pública. Não se pode alegar que deixou de estudar a CF/88 para um determinado concurso público, porque não estava expresso nos conteúdos programáticos previstos.

Por fim, as razões oferecidas neste recurso estão plenamente refutadas e insubsistentes, por restar configurado a ausência de pressupostos legais, para tornar referidas questões nulas.

Em face da argumentação apresentada, a Comissão responsável pelo concurso da UNILAB**,** em apreciação e análise do recurso administrativo interposto, **indefere** a solicitação e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 25

25. O tema controle perpassa por todo tipo de processo organizacional, portanto é decisivo para a administração pública. Esse tema envolve uma série de mecanismos, tais como: quem controla, quais os instrumentos com que se conta para isso e quais os critérios a partir dos quais ele é exercido. Assinale a alternativa que **NÃO** retrata corretamente os pressupostos do tema.

A) Os chamados controles internos são aqueles exercidos pela própria administração no sentido de observar o respeito das ações quanto à legalidade, isto é, sua subordinação às normas prescritas.
B) Diante de rigidez que caracteriza o funcionamento da estrutura administrativa e face às dificuldades de se estabelecer, claramente, responsabilidades na implementação de programas, o chamado contrato de gestão tem sido proposto como uma alternativa eficiente para se avaliar metas e resultados propostos.
C) Os controles internos são aqueles exercidos pela própria administração no sentido de valorizar os recursos organizacionais subordinados ao conjunto das ações e atividades e às normas prescritas.
D) O controle exercido pelo legislativo sobre o executivo tem-se revelado cada vez mais eficiente em virtude da autonomia crescente dos parlamentares e de seu acesso irrestrito às informações necessárias ao exame crítico das decisões governamentais.
E) Para que possa ocorrer efetivamente uma ação de controle, é necessário que se estabeleça uma relação de conformidade entre aquilo que se deseja controlar e um padrão que sirva como uma espécie de escala de valor para orientar a ação.

Os candidatos recorrentes alegam em suas razões que o Gabarito Oficial do concurso público para o cargo de Assistente em Administração, consoante a **questão 25, do caderno de provas,** não está correto afirmar que a resposta contida na alternativa **"C"** é a única verdadeira. Defendem os candidatos que a alternativa correta é a **"D", ou ainda,** que a questão foi construída com base em questões já utilizadas em outros concursos e com gabaritos embaralhados.

A Comissão responsável efetuou a análise do Recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

O Recorrente requer a anulação da questão 25 fundamentando as suas razões sob o entendimento de que a mesma foi construída por três quesitos do livro do CHIAVENATO, mas com gabaritos embaralhados;

Adiante o autor do recurso faz algumas considerações que se resumem a título de relatório:

1. a questão é muito parecida a questões 50, 99, 107 do referido livro;
2. Citando o art. 146 do Regimento do Senado o art. 35 do Regimento Interno da Câmara no que dizem respeito as restrições para as limitações impostas para a admissibilidade de comissão parlamentar de inquérito;
3. Faz alusão aos princípios do Direito Penal que orienta o Processo Penal afirmando que os mesmos são base dos Processos Administrativos;
4. Questiona a sapiência do autor[1] do livro mencionado criticando com veemência por fazer uso da palavra "IRRESTRITA" *de forma não douta*;
5. Ataca ao longo das suas razões acusando o responsável pela elaboração da questão de ter ganhado dinheiro pelo trabalho de outra pessoa, por entender a prática antiética, senão ilegal, por não ter feito nem referência e nem ter pago os direitos autorais;
6. No mais faz alusão ao caso Nardoni citando o Código Penal; faz uma dissertação sobre as DIMENSÕES DO DIREITO À NÃO-AUTOINCRIMINAÇÃO, a uma tese sobre a inconstitucionalidade ou inaplicabilidade do artigo 305 do Código de Trânsito Brasileiro, tudo para justificar seus argumentos quanto aos princípios ***nemo tenetur se detegere* e *nemu tenetur se detegere;***
7. Finalmente faz uma conclusão se reportando a inviabilidade do trancamento da ação penal ou mesmo absolvição por atipicidade de conduta quanto à eventual prática do crime de fraude processual, além encerra seu recurso se reportando ao direito de defesa e a citação conhecida *de que não é lícito beneficiar-se de sua própria torpeza.*

Ab initio a Comissão responsável pelo concurso da UNILAB na sua missão de elaborar seu parecer técnico não dissociado das normas jurídicas aplicáveis, quanto ao pedido de anulação da questão 25 da prova, considera que houve um grande distanciamento do fundamento de pedido de anulação do que é exposto na sequência do recurso;

A justificativa do Recorrente exposta no seu pedido diz respeito a acusação de que a questão foi construída por três questões do mesmo livro do CHIAVENATO, mas com gabaritos embaralhados;

Entretanto, o Suplicante logo de início se contradiz quando afirma que a questão é muito "PARECIDA" com outras três do mesmo livro;

Quando o Recorrente afirma que a questão recorrida pode ter sido construída por três questões do mesmo livro e ao mesmo tempo que estas são parecidas já justificaria que a contradição dispensaria maiores comentários;

Por sua vez, embaralhar não tem outro sentido que não seja os sinônimos: misturar, confundir e baralhar.

Nada foi embaralhado no sentido de confundir. O Gabarito oficial revela de forma clara e precisa que a resposta correta aplicada ao enunciado da questão 25 é a da alínea "C" e não a da "D" como deseja o Recorrente;

Na alínea "D" é dito como premissa antecedente que **"O controle exercido pelo legislativo sobre o executivo tem-se revelado cada vez mais eficiente em virtude da autonomia crescente dos parlamentares"** e esta afirmativa é visível em decorrência da consolidação da democracia, tema central da CF/88 e expressamente citado no seu *caput* do seu art. 1º;

Seguindo a visão exposta no parágrafo anterior, como consequência da constatação a questão a mesma alínea "D" faz a indiscutível justificação mediante citação motivacional que é da autonomia crescente dos parlamentares;

O acesso irrestrito do parlamento brasileiro para obter informações necessárias ao exame crítico das decisões governamentais está intimamente ligado as suas funções de ir as suas respectivas tribunas e exercer plenamente a autonomia daquele Poder, protegido pela independência e soberania materializadas sobre a proteção do manto da imunidade parlamentar;

---

[1] **"É graduado em Filosofia/Pedagogia, com especialização em Psicologia Educacional pela USP, em Direito pela Universidade Mackenzie e pós-graduado em Administração de Empresas pela EAESP-FGV. É mestre (MBA) e Doutor (Ph.D.) em Administração pela City University of Los Angeles, Califórnia, Estados Unidos. Foi professor da EAESP-FGV, como também de várias universidades no exterior, e consultor de empresas. Sua extensa bibliografia abrange mais de vinte livros de grande destaque no mercado, além de uma infinidade de artigos em revistas especializadas. É provavelmente o único autor brasileiro a ostentar mais de doze livros sobre administração traduzidos para a língua espanhola. Recebeu vários prêmios e distinções por sua atuação na área de administração geral e de recursos humanos incluindo dois títulos Doutor *Honoris Causa* em universidades na América Latina".Fonte: Wikipédia, a enciclopédia livre, *in http://pt.wikipedia.org/wiki/Idalberto_Chiavenato.***

Não há como se confundir exame crítico com requisitos para instauração de Comissão de Inquéritos que dependem dos limites impostos pelo Regimento Interno do Senado e da Câmara dos Deputados. O exame crítico por parte do legislativo independe das referidas comissões, que tem caráter investigatório, com poderes de decisão e aplicação de sanções que sejam pertinentes. O exame crítico é cometido a cada parlamentar e pode ser ou corroborados ou não por seus pares;

No mais, no que pese o ordenamento jurídico brasileiro ser um só, o Recorrente faz equivocada afirmativa que os princípios do Direito Penal são base dos Processos Administrativos, pois, na verdade existem princípios próprios do Direito Administrativo e do Direito Processual Administrativo, apenas admite-se que nos Processos Administrativo de caráter punitivo os princípios do Direito Processual Penal podem vir a ser recorridos, pois ambos os processos resultam ou não na aplicação de sanção ou penalidade;

O Recorrente ainda questiona o saber jurídico do Doutor Idalberto Chiavenato, por o mesmo utilizar, na sua visão, o vocábulo irrestrito de forma não douta. Neste particular não se posiciona a Comissão, como também o que chama o Recorrente de prática antiética – e de o(a) Autor(a) da questão impugnada de "ter ganhado dinheiro pelo trabalho de outra pessoa e até de a mesmo(a) não ter pago os direitos autorais. Tais argumentos excedem e não dizem respeito a anulação da questão pleiteada;

Sem nenhum nexo causal juridicamente aceito ainda a irresignação do Recorrente cita o caso "Nardoni", complementando por dissertação sobre as Dimensões do Direito à não-autoincriminação e fazendo ligação com a inaplicabilidade do art. 305 do Código de Trânsito Brasileiro e finalmente apresenta uma conclusão desconectada com o pedido inicial e de todos os seus argumentos.

Por todo o exposto e após a análise técnica minuciosa pela comissão responsável pelo concurso da UNILAB, opina no sentido de o recurso ser conhecido, mas desprovido, para ser **julgado improcedente** o recurso interposto e **ratificada** em sua totalidade a questão 25 e o gabarito oficial que indica a alínea "C" como única alternativa correta.

Conhecimentos Específicos – Questão 27

27. No senso comum, organizar-se é uma forma de "ter tudo arrumado para projetar ações etc", referindo-se ainda organizar ao processo de alocar os diversos recursos para o alcance dos objetivos organizacionais. Quanto ao conceito organização (entidade, instituição), analise as afirmativas abaixo.

I. Organização consiste num grupo humano, composto por especialistas que trabalham em conjunto numa atividade comum.
II. Existe uma organização todas as vezes que duas ou mais pessoas interagem para alcançar determinado objetivo.
III. Uma organização é um sistema de recursos que procura realizar algum tipo de objetivos ou conjuntos de objetivos.
IV. Organização é uma entidade social dirigida a metas e deliberadamente estruturada.
V. Organizações do terceiro setor visam ao lucro e ocupam o espaço deixado pelo estado.

Assinale a alternativa que julga corretamente as afirmativas.

A) Somente I é verdadeira.
B) Somente III é verdadeira.
C) Somente II, III e IV são verdadeiras.
D) Somente II, IV e V são verdadeiras.
E) Somente I, II, III e IV são verdadeiras.

Os candidatos recorrentes alegam em suas razões que o Gabarito Oficial do concurso público para o cargo de Assistente em Administração, consoante a questão 27, do caderno de provas, não está correto afirmar que a resposta contida na alternativa **"E"** é a única verdadeira. Defendem os candidatos que a alternativa correta é a **"C"**.

A Comissão responsável pelo concurso da UNILAB efetuou a análise do Recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

Todas alternativas de "A a E", conforme o enunciado da questão, principalmente, o seu **núcleo** de aferição de conhecimentos que indubitavelmente reside na segunda parte do enunciado, qual seja: **entidade/instituição**. Esta afirmação tem assento, claro, preciso, despido de qualquer confusão, no próprio enunciado da questão 27;

E sendo assim, como de fato o é, não resta nenhuma dúvida que a alínea correta que se enquadra no contexto da questão, não pode ser outra, senão, a "E", que considera que ***somente I,II,III e IV são verdadeiras.***

Para pontuar os itens I e II, observa-se de plano que realmente os conceitos ali ostentados se enquadram no contexto de organização (entidade/instituição), o que não ocorreria se os quesitos não guardassem coerência com o núcleo da questão nº 27 (**entidade/instituição**);

Vejamos alguns conceitos de organização como entidade/instituição:

- Maximiano (2004, p. 30)
  "O principal recurso das organizações são as pessoas. De fato, as organizações são grupos de pessoas que utilizam recursos para realizar objetivos".
- Silva (2007, p.40)
  "As organizações são entidades dinâmicas e altamente complexas, que podem ser conceituadas de diversas maneiras. A conceituação mais comum é "Uma organização é definida como duas ou mais pessoas com desejo e disposição de cooperar para o alcance de um objetivo comum".

Nessa definição, Silva (2007) afirma que estão implícitos alguns aspectos que merecem destaque:

1. As organizações são feitas de pessoas. Ainda que isso pareça óbvio e simplista para o entendimento e apreciação do conhecimento humano, é importante por causa da complexidade dos relacionamentos sociais e da variabilidade ou diversidade dos seres humanos. O componente humano faz das organizações um dos sistemas mais complexos e apresenta aos pesquisadores organizacionais e de administração o seu mais crítico desafio;

2. Quando pessoas trabalham juntas, um número de coisas se torna necessário. Precisa-se dividir o trabalho entre as pessoas e precisa-se procurar pessoas com habilidades ou conhecimento;

3. Tão logo se comece a dividir o trabalho e a procurar a especialização dentre os membros de uma organização, é também necessário assegurar que todos continuem a trabalhar em direção às metas da organização

Já Sobral e Peci(2007), afirmam que as organizações surgem como resposta à necessidade dos indivíduos de alcançar metas que, isoladamente, não conseguiriam, em virtude da complexidade e da variedade das tarefas inerentes ao trabalho a se efetuar. Podem ser organizações formais, no caso de um exercito ou de uma empresa, ou informais, como um grupo de amigos que se juntam para jogar vôlei na praia, no caso em questão, trata-se de uma organização formal uma vez que o enunciado se refere ao conceito de organização como entidade ou instituição.

Quanto ao conteúdo do item "V" da questão nº 27, por citar "Organizações do terceiro setor", resta óbvio e claro que o quesito não extrapolou o conteúdo da questão sob comento quanto ao conceito genérico de organização (entidade/instituição) e obviamente não extrapolou o alcance do Edital para elaboração de "conhecimentos específicos". Entender o contrário seria admitir a Administração de ter que citar tópicos abrangidos pelo que já faz parte do enunciado que contempla a matéria de "Conhecimentos Específicos";

Resta indubitavelmente comprovado que a resposta correta da questão nº 27 é a constante da alínea "E".

Em face da argumentação apresentada, a Comissão responsável pelo concurso da UNILAB**,** em apreciação e análise do recurso administrativo interposto, **indefere** a solicitação e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 30

30. Sobre os conceitos de eficiência, coloque (V) para as afirmativas corretas ou (F) para as afirmativas falsas.

( ) Eficiência é a busca de uma realização ótima entre qualidade e custo dos serviços colocados à disposição do público.
( ) Uma organização eficiente utiliza adequadamente os insumos para obter produtos.
( ) Uma organização atinge a eficiência quando reduz os custos operacionais ao mínimo.
( ) Uma organização alcança a eficiência quando exige de todos o fiel cumprimento das normas.
( ) Eficiência é o grau em que a organização alcança uma meta declarada.

Assinale a alternativa que contém a sequência correta.

A) V – V – F – F – V.
B) V – F – V – F – F.
C) V – V – F – F – F.
D) F – V – F – F – V.
E) F – F – F – V – F .

O candidato recorrente alega em suas razões que o Gabarito Oficial do concurso público para o cargo de Assistente em Administração, consoante a questão 30, do caderno de provas, não está correto

afirmar que a resposta contida na alternativa **"C"** é a **única** verdadeira, mas defende o candidato que a questão deve ser anulada, pois o item ficou prejudicado.

A Comissão responsável efetuou a análise do Recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A **eficiência** é a quantidade de recursos usados para produzir um produto ou serviço.

Para Daft (2005) eficiência prevê o uso de recursos mínimos, matéria prima, dinheiro e pessoas, para **produzir um volume desejado de produção.**

Para Marcondes e Bernardes (2006) eficiência é a divisão da soma dos custos de insumos necessários para obter um resultado pelo valor desse último.

Assim a opção "uma organização atinge a eficiência quando reduz os custos operacionais ao mínimo" não poderia estar correto, mas, parcialmente correta, reduzir os custos ao mínimo sem obter um resultado não conduz a eficiência. Ora, um gestor ou colaborador pode apresentar excelente performance ao apresentar um produto ou serviço ao cliente, mas apresentar má utilização dos recursos durante a produção, o que comprometerá a eficiência. Assim torna-se inconsistente a alegativa de somente obter eficiência reduzindo custos operacionais ao mínimo.

Em face da argumentação apresentada, a Comissão responsável pelo concurso da UNILAB**,** em apreciação e análise do recurso administrativo interposto, **indefere** a solicitação e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 31

31. Leia as afirmações abaixo, que dizem respeito à conservação dos documentos e coloque (V) para as verdadeiras e (F) para as falsas.

( ) A umidade e o ar seco são fatores de enfraquecimento do papel, sendo que a primeira provoca mofo.
( ) A luz artificial deve ser abolida na área de armazenamento, por acelerar o desaparecimento das tintas.
( ) A desinfecção e a restauração incluem-se entre as principais operações de conservação de documentos.
( ) A utilização ininterrupta de aparelhos de ar condicionado, mantendo a temperatura muito baixa, destrói as fibras de papel.
( ) A temperatura deve ser constante no arquivo, uma vez que a oscilação provoca o enfraquecimento do papel.

Assinale a alternativa que contém a sequência correta.

A) V – F – V – F – F.
B) V – F – V – F – V.
C) F – V – F – V – V.
D) F – F – V – F – V.
E) V – V –V – F – F.

Os candidatos recorrentes alegam em suas razões que o Gabarito Oficial do concurso público para o cargo de Assistente em Administração, consoante a questão 31, do caderno de provas, não está correto afirmar que a resposta contida na alternativa **"B"** é a **única** verdadeira, mas defendem os candidatos que a alternativa correta é a **"A",** ou ainda, que a questão deve ser anulada em conseqüência dos termos terem sido utilizados de forma inadequada.

A Comissão responsável efetuou a análise do Recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

O Recorrente alega que a oscilação de temperatura provoca o surgimento de fungos e não o enfraquecimento do papel, o que torna a opção **"E"** falsa. Esclarecemos que mofo ou bolor "trata-se de uma designação comum dada a fungos filamentosos que não formam estruturas semelhantes a cogumelos. Eles vivem principalmente em lugares úmidos e escuros." Tais fungos se desenvolvem em matéria orgânica como papel, couro, madeira e muitos outros materiais.

Conforme Manual de Conservação de Acervos Bibliográficos da UFRJ, Melo e Santos, Sistema de Bibliotecas e Informação - UFRJ /SiBI, 2004, "a temperatura e a umidade são fatores climáticos cujas oscilações são responsáveis, em grande parte, pela deteriorização do acervo em papel, além de facilitar o desenvolvimento de microorganismos, insetos e até roedores."

Segundo Lucas e Seripierri (1995, p. 20), "Pesquisas e experiências indicam que quanto mais baixa for a temperatura maior será a permanência e durabilidade do papel."

Uma vez que se considera que mofos enfraquecem o papel, e que por sua vez, os mofos são formados por fungos, entende-se por uma questão de lógica dedutiva que os fungos enfraquecem o papel.

Ora, se a oscilação de temperatura produz fungos, conforme a própria justificativa do recurso alegado, e como já mencionado, os fungos enfraquecem o papel.

Ainda com relação a questão 31, a requerente alega em suas razões que a questão deve ser anulada em conseqüência dos termos terem sido utilizados de forma inadequada.

No entanto, no XI Encontro Nacional dos Usuários da Rede Pergamum, 2007 Maria Solange Rodrigues, professora do Curso de Biblioteconomia e Documentação da PUCPR esclarece que "existem várias definições sobre preservação, conservação e restauração, embora seja similares há algumas diferenças. Assim, a referida docente faz referencia a definição de Claúdia Rodrigues Carvalho, Museu Casa de Rui Barbosa, por ser mais abrangente, senão vejamos:

"**Preservação** é conjunto de medidas e estratégias administrativas, políticas, e operacionais que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais.
Já a **conservação preventiva** engloba as melhorias do meio ambiente e dos meios de armazenagem e proteção, visando retardar a degradação dos materiais.
Conservação curativa aplica-se a um elemento do acervo em vias de desaparecimento devido à ação de um agente ativo de deterioração neste elemento, como por exemplo, insetos ou fungos no papel, lombada danificada, etc.
Restauração toda intervenção humana direta que tem por objetivo restituir o aspecto original de um objeto do acervo danificado, mais utilizado para obras raras (no caso de livros).

Assim a desinfestação ou ainda a desinfecção e a restauração são processos de conservação dos documentos. No entanto, a desinfestação e a desinfecção visa eliminar os agentes biológicos nocivos ao arquivo (insetos, microorganismos e ratos). Já a restauração visa trazer o documento à sua forma de conservação original.

Em outra vertente é importante observar que:

Houaiss, 2009 define:
Desinfectar – destruir germes e bactérias
Desinfestar – limpar do que infesta, especialmente o que é nocivo

Aurélio B. Holanda, 2009
Desinfectar – fazer desaparecer a infecção, destruir micróbios vivos
Desinfestar – livrar daquilo que infesta

Por fim, as razões oferecidas neste recurso estão plenamente refutadas e insubsistentes, por restar configurado a ausência de pressupostos legais, para tornar referidas questões nulas.

Em face da argumentação apresentada, a Comissão responsável pelo concurso da UNILAB**,** em apreciação e análise do recurso administrativo interposto, **indefere** a solicitação e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 34

34. Leia o texto a seguir.

Ofício 75/99
Excelentíssimo Senhor Secretário:

1. Apraz-nos levar ao conhecimento de Sua Senhoria, para os fins pertinentes, que recebemos solicitação do Ministério da Educação do Chile, relativa ao envio do material resultante do seminário "Perspectivas de educação a distância na América Latina", realizado em Brasília-DF, nos dias 19 e 20 de novembro último.
2. Muito nos agradaria Vossa Senhoria encaminhar-nos o referido material, com a maior brevidade possível para que o mesmo possa ser remetido aos interessados.
3. Aproveitamos o ensejo para reiterar a Sua Senhoria protestos de consideração e apreço.

Brasília, 30 de novembro de 1999.

José da Silva
Diretor

Com relação ao vocativo e aos pronomes de tratamento utilizados no texto acima, é correto afirmar que:

A) o vocativo e todos os pronomes de tratamento estão empregados corretamente.
B) apenas o pronome de tratamento utilizado no segundo parágrafo está corretamente empregado.
C) apenas os pronomes de tratamento utilizados no primeiro e no terceiro parágrafos estão corretamente empregados.
D) apenas o vocativo e o pronome de tratamento utilizado no segundo parágrafo estão corretamente empregados.
E) apenas o vocativo e o pronome de tratamento utilizado no primeiro parágrafo estão corretamente empregados.

Os candidatos recorrentes alegam em suas razões que o Gabarito Oficial do concurso público para o cargo de Assistente em Administração, consoante a questão 34, do caderno de provas, não está correto afirmar que a resposta contida na alternativa **"B"** é a **única** verdadeira, defendem os candidatos que **Secretário** ao qual se refere o texto trata-se ou não, de um Secretário de Estado, caso em que caberia forma de tratamento "Vossa Excelência" e não "Vossa Senhoria". (fonte: Manual de Redação da Presidência da República, 2002), a justificativa do recurso é a obscuridade no enunciado da questão e que esta não tem resposta.

A Comissão responsável efetuou a análise do Recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

De acordo com Dileta Silveira Martins, Português Instrumental p. 506,2003, só se pode empregar excelentíssimo para secretário quando se tratar de Secretário de Estado. Para os demais casos o vocativo correto seria Vossa Senhoria.

Ocorre que o enunciado da questão está muito claro, **Excelentíssimo Senhor Secretário.**

Por fim, as razões oferecidas neste recurso para anular a questão são totalmente inócuas, se configura a ausência de pressupostos legais, para tornar a questão nula meramente porque o candidato não entendeu o enunciado.

Em face da argumentação apresentada, a Comissão responsável pelo concurso da UNILAB**,** em apreciação e análise do recurso administrativo interposto, **indefere** a solicitação e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 40

40. A eficiência e a eficácia são responsabilidades gerenciais para a consecução de objetivos organizacionais, portanto, tratam:

A) da quantidade de equipamentos voltados à produção e da tecnologia empregada.
B) do uso regular de matéria-prima e do nível de escolaridade dos gestores.
C) de um bom projeto de negócio e da performance junto aos clientes.
D) da quantidade de recursos para o alcance de metas.
E) dos resultados obtidos e da formação dos colaboradores.

A Comissão responsável pelo concurso da UNILAB efetuou a análise do Recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

Eficácia ocorre quando os bens e serviços produzidos atendem e até superam as metas dos clientes. A **eficiência** é a quantia de recursos usados para produzir um produto ou serviço. Eficiência e eficácia podem ser ambas altas em uma organização.

Para Daft (2005) eficácia é o grau em que uma organização alcança uma meta declarada e a eficiência prevê o uso de **RECURSOS** mínimos para produzir um volume desejado de produção.

O item C não poderia estar correto porque menciona a performance junto aos clientes como elemento constitutivo da eficiência e eficácia. Ora, um gestor ou colaborador pode apresentar excelente performance ao apresentar um produto ou serviço ao cliente, mas apresentar má utilização dos recursos durante a produção, o que comprometerá a eficiência. Assim torna-se consistente a resposta contida na letra D.

Em face da argumentação apresentada, a Comissão responsável pelo concurso da UNILAB**,** em apreciação e análise do recurso administrativo interposto, **indefere** a solicitação e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 41

41. No ambiente de trabalho, o colaborador precisa estar motivado. O que afeta a motivação?

A) Os desejos, a ansiedade e o medo.
B) As ambições, as tensões e a ansiedade.
C) As necessidades, os estímulos e a percepção.
D) A inveja, as experiências pessoais e o autocontrole.
E) A experiência de vida, a variedade de experiências curriculares e o grau de formação.

A Comissão responsável pelo concurso da UNILAB efetuou a análise do Recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

Inicialmente, a candidata requerente alega que MOTIVAÇÃO trata-se de algo subjetivo. É certo que a motivação pode ser compreendida como um processo que concerne à subjetividade humana e que, por isso, abrange formas complexas de comportamento humano, conforme afirma Kwasnicka (2006, p. 64).

Entretanto, não se deve concluir que pelo fato de ser um processo complexo, abrange todo e qualquer tipo de comportamento e que, portanto, seja impossível atribuir definições específicas e delinear os elementos que a constituem. A variedade de teorias a respeito do tema confirma sem grandes dificuldades o que acima afirmamos, a saber: teoria da hierarquia das necessidades de Maslow, Teoria Bifatorial de Herzberg, Teoria das necessidades de McClelland, Teoria do Estabelecimento de Metas (Locke e Latan). Considerar que todas as opções da questão estão corretas seria negar a função de tais teorias em delimitar e especificar as questões que envolvem um fenômeno humano como a motivação.

Ademais, alega-se que o enunciado não especifica se o que a afeta a motivação o faz positiva ou negativamente. Há que se atentar ao fato de que no mesmo enunciado utiliza-se o verbo PRECISAR, indicando a NECESSIDADE de o colaborador estar motivado no ambiente de trabalho. Ora, a palavra afeta está condicionada ao contexto e, no caso em questão, a utilização conjunta dos verbos PRECISAR E AFETAR alude aos aspectos que dizem respeito à motivação denominada pela reclamante como positiva. Todos os esforços organizacionais e gerenciais voltados aos recursos humanos indicam a necessidade de se manter colaboradores orientados para níveis cada vez mais altos de desempenho.

Em face da argumentação apresentada, a Comissão responsável pelo concurso da UNILAB**,** em apreciação e análise do recurso administrativo interposto, **indefere** a solicitação e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 42

42. A atividade administrativa é caracterizada por:

A) empreendedorismo e ineditismo.
B) ritmo do gestor e empreendedorismo.
C) fidelização de clientes e força do marketing.
D) bom uso do tempo e responsabilidade social.
E) variedade de ações e brevidade para obtenção dos resultados.

A Comissão responsável pelo concurso da UNILAB efetuou a análise do Recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

Conforme preconiza DAFT (2005), as atividades administrativas são tão amplas e volumosas que há pouco tempo para uma reflexão tranqüila. Nas organizações modernas, tanto gestores como colaboradores mudam de marcha rapidamente. A questão trata de atividade administrativa, mas não especifica nem define o planejamento estratégico como uma dessas atividades. Há que ressaltar ainda que a ação empreendedora pode requerer reflexão e nem sempre é uma ação rotineira. Novas idéias podem necessitar de tempo para incubação e testes experimentais. O enunciado da questão sugere atividades administrativas de um modo geral e não apenas aquelas de responsabilidade dos gestores, como o planejamento estratégico.

Em face da argumentação apresentada, a Comissão responsável pelo concurso da UNILAB**,** em apreciação e análise do recurso administrativo interposto, **indefere** a solicitação e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 43

43. São duas as atitudes que podem se relacionar com o alto desempenho profissional:

A) ética e discrição.
B) ética e formação acadêmica.
C) satisfação no trabalho e compromisso organizacional.
D) satisfação no trabalho e disposição para mudanças.
E) compromisso organizacional e alta percepção.

A Comissão responsável pelo concurso da UNILAB efetuou a análise do Recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

Para Daft(2005) é certo afirmar que satisfação no trabalho e comprometimento levam a um alto desempenho profissional. Para o autor a **satisfação** ocorre quando o trabalho combina com as necessidades e os interesses do colaborador, quando o salário é satisfatório, quando as condições e as recompensas são igualmente satisfatórias e quando elas gostam de seus colegas de trabalho. O **comprometimento** por sua vez é definido como LEALDADE e FORTE ENVOLVIMENTO com a organização. Estas características são fortes geradoras de alto desempenho. Não poderia ser considerada correta a letra D, pois, nem sempre o indivíduo satisfeito e comprometido no trabalho deseja mudanças. Ressalta-se que nem todo cargo exige forte necessidade de mudanças e constantes adaptações, ou seja, um profissional pode apresentar alto desempenho mesmo exercendo atividades rotineiras e repetitivas.

Em face da argumentação apresentada, a Comissão responsável pelo concurso da UNILAB**,** em apreciação e análise do recurso administrativo interposto, **indefere** a solicitação e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 45

45. Motivação refere-se a:

A) forças internas e externas para estimular o desempenho, entusiasmo e persistência num curso de ação.
B) mix de bons salários, desafios promissores e *empowerment*, reduzindo o cansaço, a rotina e o limite da criatividade.
C) combinação correta de desafios, talento e oportunidades desde o ingresso do profissional no ambiente empresarial.
D) recompensas materiais difusas e condições de trabalho específicas que levam o profissional ao esforço individual ou coletivo.
E) forças morais, experiência acadêmica e história de vida de um profissional que garantem a sua permanência e fixação nas rotinas de trabalho.

A Comissão responsável pelo concurso da UNILAB efetuou a análise do Recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

A vasta literatura sobre o assunto em epígrafe comprova estudos de vários autores que estudam a motivação sobre vários enfoques. Segundo Herzberg, in: Zanelli et.al(2004**),os bons salários são fatores higiênicos** e que nem sempre reduzem cansaço a rotina e o limite da criatividade. Sendo assim "salário, condições ambientais de trabalho e estilos de supervisão e o relacionamento entre os colegas não seriam fatores capazes de satisfazer ou motivar pessoas no trabalho..." (p152). Os salários garantem apenas que o colaborador não fique insatisfeito, mas não assegura a motivação, como por exemplo estando numa atividade que remunera bem, mas na qual o colaborador não sente útil ou não percebe o sentido de sua atuação.

Em face da argumentação apresentada, a Comissão responsável pelo concurso da UNILAB**,** em apreciação e análise do recurso administrativo interposto, **indefere** a solicitação e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 46

46. Os ritos e rituais, importantes partes da cultura de uma organização, originadas na experiência coletiva de seus membros, influenciam comportamentos. Entre eles, é correto citar:

A) normas e crenças.
B) hinos e exercícios físicos coletivos.
C) percepções e ações dos gestores.
D) fatos e conhecimentos históricos.
E) histórias dos fundadores e treinamentos introdutórios.

A Comissão responsável pelo concurso da UNILAB efetuou a análise do Recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

Conforme o enunciado os ritos e rituais são IMPORTANTES **PARTES** DA CULTURA DE UMA ORGANIZAÇÃO capazes de influenciar comportamentos. Entretanto, em nenhum momento tal enunciado faz alusão de que RITOS E RITUAIS sejam os ÚNICOS elementos da cultura organizacional com tal capacidade. Segundo cita FREITAS (1991) existem várias correntes de estudos que interpretam a cultura organizacional e segundo SCHEIN citado por FREITAS(1991) há uma preocupação de se analisar a cultura por meio de produtos concretos que incluem: modelos de comportamentos visíveis e audíveis, valores,etc. Logo a CULTURA **é conceituada a partir dos seus elementos (valores, crenças e pressupostos, ritos, rituais e cerimônias, Estórias e Mitos, Tabus, Heróis, Normas, Comunicação, dentre outros).**
Para esclarecer a questão, faz-se necessário recorrer às definições dos termos RITOS e RITUAIS. Segundo DAFT (2005) os ritos são **atividades REPETITIVAS** e os rituais são **RITOS CELEBRADOS JUNTOS**. Portanto, RITOS E RITUAIS dizem respeito a ações ou atividades.

As histórias dos fundadores, aspecto da cultura mencionado no item E, classificam-se como MITOS uma vez que se relacionam às narrativas de eventos passados ou exemplos concretos de realizações que marcaram a organização. Portanto tem-se como correta a alternativa **B ao contrario do que solicita a recorrente, pois a história dos fundadores citada na alternativa está relacionada com os MITOS ORGANIZACIONAIS.**

Salienta-se ainda, que as NORMAS e CRENÇAS, apesar de serem elementos da cultura organizacional capazes de influenciar comportamentos, não podem ser consideradas RITOS OU RITUAIS por não se tratarem de AÇÕES E/OU ATIVIDADES ORGANIZACIONAIS REALIZADAS EM GRUPO.

Em face da argumentação apresentada, a Comissão responsável pelo concurso da UNILAB**,** em apreciação e análise do recurso administrativo interposto, **indefere** a solicitação e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 47

47. Existe coesão no grupo quando os membros:

A) respeitam e concordam quanto às metas.
B) são chamados a cooperar e cumprem as suas atividades.
C) pressionam uns aos outros em disputas pelo sucesso.
D) são atraídos e motivados para permanecer como parte do grupo.
E) são energéticos e satisfazem às suas necessidades pessoais.

A Comissão responsável pelo concurso da UNILAB efetuou a análise do Recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:
Segundo o dicionário Aurélio B. Holanda (2007) a força de COALISÃO refere-se a alianças ou acordos para um fim comum. São coligações que objetivam vantagens. Segundo CASTILHO, A. (1994), essas coalizões desaparecem quando atingem o objetivo e já não há interesse comum. Na coesão existe uma união íntima das partes de um todo, o sentimento norteador é o APOIO (Castilho,1994) que é o reflexo real de se ajudar o outro, de se criar um elo dentro do grupo, ou seja a busca da integração e da COESÃO grupal.

Segundo COHEN, A. et.al (2003),há uma diferença entre grupos permanentes e grupos temporários. Nos primeiros, há existência de lealdade, de uma identidade comum, de um sentido comum e pouca diversidade de opinião. Nos grupos temporários o esforço é garantido para o cumprimento da metas, podendo seus membros se dispersarem depois da meta cumprida ou da tarefa realizada.
Assim, o item A) **RESPEITAM E CONCORDAM QUANTO ÀS METAS** refere-se à força de COALISÃO e não, COESÃO.

Em face da argumentação apresentada, a Comissão responsável pelo concurso da UNILAB**,** em apreciação e análise do recurso administrativo interposto, **indefere** a solicitação e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 49

49. Assinale a alternativa que indica todas as atitudes necessárias ao gestor na tomada de decisão.

A) Entender, definir o problema, estudar alternativas de solução e divulgar resultados.
B) Entender e definir o problema; desenvolver alternativas e interpretar e avaliar resultados.
C) Entender e definir o problema, provocar discussões e comunicar soluções.
D) Diagnosticar o problema, discutir com equipes, decidir e treinar grupos.
E) Entender o problema, avaliar e criar alternativa de solução.

A Comissão responsável pelo concurso da UNILAB efetuou a análise do Recurso Administrativo e emitiu seu parecer nos termos a seguir:

Segundo DAFT (2005), a tomada de decisão gerencial é uma escolha feita das alternativas disponíveis. É o processo de identificar os problemas, as oportunidades e solucioná-los, e envolve esforços ANTES E DEPOIS da escolha real. Para o referido autor, o processo de tomada de decisão evolui em etapas que vão do reconhecimento dos requerimentos básicos, ao diagnóstico, o desenvolvimento de alternativas, a implementação e por fim, a avaliação e *feedback* quanto aos resultados alcançados.
Pelo exposto o item e do reclamante não contempla a última etapa do processo. Assim a alternativa B é mais ampla e contempla ações imprescindíveis no processo de tomada de decisão.

Em face da argumentação apresentada, a Comissão responsável pelo concurso da UNILAB**,** em apreciação e análise do recurso administrativo interposto, **indefere** a solicitação e **ratifica** o gabarito oficial.

Profa. Maria de Jesus de Sá Correia
Presidente da CCV/UFC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE CONCURSOS – CCV

Evento: Concurso Público para Provimento de Cargo Técnico Administrativo em Educação – UNILAB 2011
Edital Nº 07/2011

RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA GABARITO/QUESTÃO

Em respeito ao item 13.2 do Edital que rege o presente concurso, encaminho o Parecer da Banca Elaboradora da Prova de: Conhecimentos Específicos (questões 22, 25, 30, 31, 34 e 49), para o **Cargo de Técnico de Enfermagem**.

P A R E C E R

Conhecimentos Específicos – Questão 22

A comissão responsável efetuou a análise do recurso Administrativo e emitiu o seu parecer nos textos a seguir:

O leque de competências exigidas no processo de trabalho em saúde constitui -se no desafio na formação e desenvolvimento dos trabalhadores de saúde, no sentido de:

> "*capacita-los a não dicotomizar, a atenção individual às doenças e adoecimentos da vigilância à saúde; a qualidade de vida (biologia) do andar da vida (produção subjetiva); a não fragmentar os grupos de trabalhadores (da gestão, da atenção e da vigilância); a não perder o conceito de atenção integral à saúde e realizar o trabalho educativo junto à população e, finalmente, a aceitar que há incerteza na definição dos papéis profissionais, onde há alternância de saberes e práticas de cada núcleo constituidor das profissões de saúde e do campo da atenção integral à saúde*" (CECCIM; FERLA, 2003: 216)

Portanto, as ações de educação em saúde devem contribuir :

> "*As ações de educação em saúde devem contribuir, decisivamente, para transformar o dever do Estado, como reza a Constituição, em estado de dever, que é função de todos indivíduos, instituições, coletividade e governos*" (TANAKA, 2000).

A educação em saúde como objeto de investigação está em íntima relação com as ações preventivas e de promoção da saúde nos diversos cenários do cuidado. Isto quer dizer com sujeitos, família, grupos e organizações. Neste sentido os termos cuidado, cura e educação em saúde se interpõe pois concordamos com campos quanto a integralidade destas ações pois

> "*curar alguém é sempre lutar para a ampliação da capacidade de autonomia. Trata-se de introduzir no processo terapêutico todo o esforço para que a pessoa que está sendo cuidada melhore o seu entendimento do corpo, de sua doença, de sua relações com o meio social e em conseqüência amplie a suas possibilidades de sobrevivência e qualidade de vida* (CAMPOS1995:48-50)

Para uma compreensão da ação educativa é preciso saber a importância do diálogo e da interação entre facilitador, que pode ser o enfermeiro, e comunidade e/ou grupo. Neste sentido trazemos o pensamento de Paulo Freire, que tem em seus pensamentos a base do processo educativo:

> *Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo. O diálogo, como encontro dos homens para a tarefa comum de saber agir, se rompe, se seus pólos (ou um deles) perdem a humildade. Como posso dialogar, se alieno a ignorância, isto é, se a vejo sempre no outro, nunca em mim? Como posso dialogar, se me admito como um homem diferente, virtuoso por herança, diante dos outros, meros "isto", em que não reconheço outros eu? Como posso dialogar, se me sinto participante de um "gueto" de homens puros, donos da verdade e do saber, para quem todos os que estão fora são "essa gente", ou são "nativos inferiores"? Como posso dialogar, se parto de que a pronúncia do mundo é tarefa de homens seletos e que a presença das massas na história é sinal de sua deterioração que devo evitar? Como posso dialogar, se me fecho à contribuição dos outros, que jamais reconheço, e até me sinto ofendido com ela? Como posso dialogar se temo a superação e se, só em pensar nela, sofro e definho? A auto-*

suficiência é incompatível com o diálogo. Os homens que não tem humildade ou a perdem, não podem aproximar-se do povo. Não podem ser seus companheiros de pronúncia do mundo. Se alguém não é capaz de sentir-se e saber-se tão homem quanto os outros, é que lhe falta ainda muito que caminhar, para chegar ao lugar de encontro com eles. Neste lugar de encontro, não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos, há homens que, em comunhão, buscam saber mais. Não há também, diálogo, se não há uma intensa fé nos homens. Fé no seu poder de fazer e de refazer. De criar e recriar. Fé na sua vocação de ser mais, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direitos dos homens. A fé nos homens é um dado a priori do diálogo. Por isto, existe antes mesmo de que ele se instale. O homem dialógico tem fé nos homens antes de encontrar-se frente a frente com eles. Esta, contudo, não é uma ingênua fé. O homem dialógico, que é crítico, sabe que, se o poder de fazer, de criar, de transformar, é um poder dos homens, sabe também que podem eles, em situação concreta, alienados, ter este poder prejudicado. Esta possibilidade, porém, em lugar de matar no homem dialógico a sua fé nos homens, aparece a ele, pelo contrário, como um desafio ao qual tem de responder. Está convencido de que este poder de fazer e transformar, mesmo que negado em situações concretas, tende a renascer. Pode renascer. Pode constituir-se. Não gratuitamente, mas na e pela luta por sua libertação. Com a instalação do trabalho não mais escravo, mas livre, que dá a alegria de viver. Sem esta fé nos homens, o diálogo é uma farsa. Transforma-se, na melhor das hipóteses, em manipulação adocicadamente paternalista. Ao fundar-se no amor, na humildade, na fé nos homens, o diálogo se faz uma realização horizontal, em que a confiança de um pólo no outro é conseqüência óbvia. Seria uma contradição se, amoroso, humilde e cheio de fé, o diálogo não provocasse este clima de confiança entre seus sujeitos. Por isto inexiste esta confiança na antidialogicidade da concepção "bancária" da educação. Se a fé nos homens é um dado a priori do diálogo, a confiança se instaura com ele. A confiança vai fazendo os sujeitos dialógicos cada vez mais companheiros na pronúncia do mundo. Se falha esta confiança, é que falharam as condições discutidas anteriormente. Um falso amor, uma falsa humildade, um debilitada fé nos homens não podem gerar confiança. A confiança implica no testemunho que um sujeito dá aos outros de suas reais e concretas intenções. Não pode existir, se a palavra, descaracterizada, não coincide com os atos. Dizer uma coisa e fazer outra, não levando a palavra a sério, não pode ser estímulo à confiança. Não é porém, a esperança um cruzar de braços e esperar. Movo-me na esperança enquanto luto e, se luto com esperança, espero. Se o diálogo é o encontro dos homens para ser mais, não pode desfazer-se na desesperança. Se os sujeitos do diálogo nada esperam do seu que fazer, já não pode haver diálogo. O seu encontro é vazio e estéril. É burocrático e fastidioso (FREIRE, 1970)

Em concordância com os pressupostos acima a **discussão dialogada** e as **rodas de conversas**, onde as pessoas se olham nos olhos e assumem uma postura igualitária entre todos os membros participantes do processo. Sendo educador e educando colocados em um mesmo patamar, com a existência do diálogo para a ação, reflexão e mudança de comportamento. Neste âmbito existe a educação em saúde.

Em contrapartida a palestra, palavra com origem na Grécia e na Roma de antes de Cristo. Para os gregos, “palaístra” era um local para lutas esportivas; para os romanos, “palaestra” era uma escola na qual, entre outras coisas, praticava-se oratória. É por causa dessa origem que palestra, em alguns dicionários, aparece com dois significados: um é ginásio; o outro, troca de idéias, conferência, conversa. Se formos fiéis à origem da palavra, palestrar é o ato de discursar, discorrer sobre um assunto ou expor um ponto de vista. As pessoas dão palestras para transmitir suas idéias, conhecimentos ou vivências ao público – ou seja, expressar-se sobre o que está “dentro” delas, pertence a elas (COACH, 2009). Portanto, a palestra tem o intuito de passar ou repassar conhecimentos (educação bancária), com isso temos um imposição de conhecimentos, em que um sabe tudo e passa conhecimentos e os demais recebem, sendo uma prática que vai de encontro com os objetivos da educação para a mudança e portanto da educação em saúde.

Em face da argumentação apresentada a comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 25

A comissão responsável efetuou a análise do recurso Administrativo e emitiu o seu parecer nos textos a seguir:

Conforme foi perguntado na questão o Suporte Avançado de Vida em Pediatria contido no *American Heart Association* (2005, p.24), que é um manual de fácil acesso on-line e que sofreu modificações em 2010, entretanto a questão relacionada a hipotermia que foi referenciado o manual de 2005 e não de 2010. Tendo a pergunta como base o manual de 2005 que traz o item: *A hipotermina induzida (32°C a 34°C por 12 a 24 horas) é uma estratégia que pode ser considerada, caso a criança permaneça em estado comatoso após a ressucitação* sendo verdade em concordância com este manual e com outros estudos recentes como o de Rech e Vieira (2010) publicado na **Revista Brasileira de Terapia Intensiva** (22(2): 196-205) em que afirmam que

"*a hipotermia terapêutica representa um importante avanço no tratamento da encefalopatia anóxica pós-parada cardíaca. Seus efeitos neuroprotetores têm sido amplamente demonstrados em várias situações de isquemia neuronal. Apesar de ser um procedimento associado com redução de mortalidade nesses pacientes, a hipotermia ainda é um tratamento subutilizado no manejo da síndrome pós-ressuscitação".*

E estudos mais recentes de Atkins et al (2010), sendo um deles publicado no **European Journal of Neuroscience** onde refere que:

Traumatic brain injury (TBI) is a major risk factor for the subsequent development of epilepsy. Currently, chronic seizures after brain injury are often poorly controlled by available antiepileptic drugs. Hypothermia treatment, a modest reduction in brain temperature, reduces inflammation, activates pro-survival signaling pathways, and improves cognitive outcome after TBI, mostrando os benefícios da hiportermia induzida nas situações que comprometem o sistema neurologico, principalmente no que se refere ao quadro a prevenção de quadros epiléticos pós-trauma.

Portanto, reforço que a pergunta tem como base o manual de 2005 e não o de 2010, tendo a resposta que ser condizente com o manual em questão, pois vários estudos que saíram após a publicação do manual de 2010 provando a importância da hipotermia com tratamento eficaz.

Vale ressaltar que, a candidata também argumenta a anulação, com fundamentação que não condiz com o enunciado da questão, já que ela traz argumentos referentes a **condutas com bebês** e não com **crianças,** como é explicito na questão. Em pediátrica, em especial na emergência pediátrica existem diferenças entre condutas na neonatologia (0-28dias de vida) e na pediatria propriamente dita. Portanto as seguintes argumentações da canditada:

2010 (nova) recomenda-se que bebês nascidos com mais de 36 semanas de gestação com encefalopatia hipóxico-esquêmica de leve a moderada recebem hipotermia terapêutica. A hipotermia terapêutica deve ser administrada mediante protocolos claramente definidos, similares aos utilizados nos ensaios clínicos publicados e nas instituições com recursos para tratamento multidisciplinar e acompanhamento longitudinal.

Em face da argumentação apresentada a comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 30

A comissão responsável efetuou a análise do recurso Administrativo e emitiu o seu parecer nos textos a seguir:

Irei fundamentar minha argumentação tendo por base o estudo de Fakih, Freitas e Sílvia Regina Secoli (2009, p132-5) intitulado Medicação: aspectos ético-legais no âmbito da enfermagem publicado na Revista Brasileira de Enfermagem que traz aspectos importantes como:

Quanto à execução das prescrições médicas pela equipe de enfermagem, especialmente a medicamentosa, o artigo 38 do Código de Ética do Profissional de Enfermagem(5) atribui ao profissional o direito de recusar-se a executar prescrição em caso de identificação de erro ou ilegibilidade, ou quando não constar a assinatura e o número de registro do prescritor, ***exceto em situações de urgência e emergência****. Vale lembrar que, no caso da ocorrência de evento adverso, decorrente da execução de uma prescrição duvidosa, ilegível, não identificada, ou verbal, o profissional de enfermagem que a executou, bem como o enfermeiro e a instituição, responderão solidariamente pelos danos causados. O Código de Ética do Profissional de Enfermagem(5), por meio dos artigos 41 e 42, destaca a responsabilidade dos profissionais quanto ao registro escrito das próprias ações, relativas à assistência, que compreende a terapia medicamentosa, de modo completo e fidedigno, necessários para assegurar a sua continuidade. O enfermeiro possui respaldo ético-legal para prescrever medicamentos, dentro dos limites que a própria Lei do Exercício nº 7.498/86 impõe, mediante protocolos legalmente estabelecidos pelo Ministério da Saúde (MS) e em consonância com a Portaria GM nº 1625, de 11/07/2007, que promoveu a alteração das atribuições dos profissionais das equipes de Saúde da Família, dispostas na Política Nacional de Atenção Básica(15). O COFEN tem buscado normatizar o direito do enfermeiro de prescrever certos medicamentos, dentro dos parâmetros instituídos na Lei do Exercício Profissional de Enfermagem n.º 7.498 de 25 de Junho de 1986(2). Nesse sentido, a Resolução COFEN n.º 317, de 02 de Agosto de 2007, regulamenta as ações do enfermeiro na consulta, prescrição de medicamentos e requisição de exames(16). Segundo esse documento, o enfermeiro tem autonomia na escolha dos medicamentos e respectiva posologia, respondendo integralmente pelos atos praticados. Assim, a prescrição de medicamentos é uma ação de enfermagem, quando praticada pelo enfermeiro, como integrante da equipe de saúde. No entanto, os limites legais para a prática desta ação são os Programas de Saúde Pública e a aprovação dessas rotinas nas instituições de saúde, pública ou privada.*

A candidata refere que a questão correta é a correspondente ao item A, onde devemos sedar um paciente que já está praticamente sedado, colocando mais ainda em risco de vida, só porque o medico está

prescrevendo, em contrapartida a conduta correta que é a administração de flumazenil que irá salvar a vida da paciente não será realizada porque o médico não prescreveu, mesmo a enfermagem tendo conhecimento e estando em uma situação de emergência.

Em face da argumentação apresentada a comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 31

A comissão responsável efetuou a análise do recurso Administrativo e emitiu o seu parecer nos textos a seguir:

Conforme Protocolo para a prevenção de transmissão vertical de HIV e sífilis Ministério da Saúde - Secretaria de Vigilância em Saúde - Programa Nacional de DST/ Aids (Brasília, 2006) deve-se ter a conduta a seguir no puerpério imediato:

- ***Inibir a lactação através do enfaixamento das mamas com ataduras ou comprimindo-as com um "top" e evitando, com isso, o início da lactação pela estimulação****. Esta conduta deve ser mantida por um período de dez dias. Pelas dificuldades enfrentadas pela mulher, após a alta hospitalar, é recomendável que se associe a essa medida, a critério do obstetra, a supressão farmacológica da lactação com cabergolina 0,5 mg, dois comprimidos, VO, em dose única;*
- *Entregar, após orientação de preparo, a fórmula infantil em quantidade suficiente para duas semanas, agendando, dentro deste período, uma consulta no serviço de referência para HIV/aids para acompanhamento da exposição ao HIV e na unidade de saúde de origem para puericultura ;*
- *Não há necessidade de isolar a paciente;*
- *Manter a mãe e seu recém-nascido em alojamento conjunto, sempre que possível;*
- *Encaminhar a mãe para realização da consulta puerperal (no 8º e no 42º dia pós-parto, salvo situações especiais de complicações ocorridas durante o parto e puerpério imediato), para seu acompanhamento clínico e para o planejamento reprodutivo, conforme fluxo estabelecido localmente;*
- *Orientar para o sexo seguro (prevenção das DST/reinfecção pelo HIV e gravidez);*
- *No caso do parceiro com situação sorológica desconhecida (quando o diagnóstico do HIV foi realizado na maternidade), aconselhar e testar o parceiro;*
- *Pacientes em uso de TARV combinada para tratamento devem, sempre que possível, manter o uso dos anti-retrovirais no pós-parto imediato. Para tanto, a ingestão dos medicamentos deve ser feita com pequena quantidade de água, respeitando ao máximo os horários regulares da tomada dos medicamentos. Mesmo as pacientes submetidas à cirurgia cesariana, desde que não estejam sedadas, poderão fazer uso dos medicamentos;*
- ***Pacientes em uso de anti-retrovirais para profilaxia da transmissão vertical devem ter os medicamentos suspensos imediatamente após o parto****;*
- *A equipe de saúde deverá levantar a situação familiar e social, oferecendo apoio psicológico e social, especialmente para as mulheres que tiveram seu diagnóstico de infecção pelo HIV no momento do parto*.

E ainda conforme o Protocolo para a prevenção de transmissão vertical de HIV e sífilis Ministério da Saúde (Brasil, 2007)- Secretaria de Vigilância em Saúde - Programa Nacional de DST/ Aids diante de um resultado Resultado positivo, deve-se ter a seguinte conduta:

- *Avaliar a necessidade de apoio para compartilhar o resultado com o parceiro e rede social;*
- ***Enfatizar as condutas preventivas (não amamentação) e outros cuidados realizadas para a proteção do RN e outros procedimentos necessários para a saúde da mãe;***
- *Informar sobre a necessidade de acompanhamento e adesão ao tratamento do binômio mãe-filho pós-alta;*
- *Rever e esclarecer informações e orientações recebidas no pré-natal e relacionadas às condutas realizadas durante e após o parto;*
- *Informar sobre o direito ao acesso à fórmula infantil para alimentação do RN;*
- *Enfatizar a importância do uso de preservativos e oferecer apoio para as dificuldades encontradas.*

A candidata traz como argumento o material referente ao Aconselhamento da puérpera no Serviço de referência exposto a seguir:

Enfatizar a importância da adesão ao seu tratamento e a profilaxia do RN exposto.

Resposta que estaria correta se a paciente em uso de anti-retrovirais para profilaxia da transmissão vertical, mas como o uso da terapia é profilática não tem sentido manter o tratamento, então o correto é:

Pacientes em uso de anti-retrovirais para profilaxia da transmissão vertical devem ter os medicamentos suspensos imediatamente após o parto*.*

E o item correto da questão é**: Inibir a lactação através do enfaixamento das mamas com ataduras ou comprimindo-as com um "top" e evitando, com isso, o início da lactação pela estimulação.**

Em face da argumentação apresentada a comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Conhecimentos Específicos – Questão 34

A comissão responsável efetuou a análise do recurso Administrativo e emitiu o seu parecer nos textos a seguir:

Conforme o Cadernos de Atenção Básica - n.º 16 - DIABETES MELLITUS - Cadernos de Atenção Básica - n.º 16 (Brasília, 2006):

Cerca de 50% da população com diabetes não sabe que são portadores da doença, algumas vezes permanecendo não diagnosticados até que se manifestem sinais de complicações. Por isso, testes de rastreamento são indicados em indivíduos assintomáticos que apresentem maior risco da doença, apesar de não haver ensaios clínicos que documentem o benefício resultante e a relação custo-efetividade ser questionável. Fatores indicativos de maior risco são listados a seguir:

- *Idade >45 anos.*
- *Sobrepeso (Índice de Massa Corporal IMC >25).*
- ***Obesidade central (cintura abdominal >102 cm para homens e >88 cm para mulheres, medida na altura das cristas ilíacas).***
- ***Antecedente familiar (mãe ou pai) de diabetes**.*
- *Hipertensão arterial (> 140/90 mmHg).*
- *Colesterol HDL d"35 mg/dL e/ou triglicerídeos e"150 mg/dL.*
- *História de macrossomia ou diabetes gestacional.*
- *Diagnóstico prévio de síndrome de ovários policísticos.*
- ***Doença cardiovascular, cerebrovascular ou vascular periférica definida**.*

Conforme o exposto, as alternativas B e E estão corretas. Assim sendo, a Comissão **anula** a **questão**.

Conhecimentos Específicos – Questão 49

A comissão responsável efetuou a análise do recurso Administrativo e emitiu o seu parecer nos textos a seguir:

A candidata argumenta que a questão A que contém a afirmativa a seguir: insuficiência cardíaca congestiva descompensada é subdividida em diferentes sindromes: choque cardiogênico, edema agudo de pulmão, crise hipertensiva e cetoacidose, não procede pois a cetoacidose é uma complicação de pacientes com diabetes e não com ICC. Segundo Uenishi (1995, p.110) é correto dizer que: *a insuficiência cardíaca congestiva descompensada é subdividida em diferentes sindromes: choque cardiogênico, edema agudo de pulmão, crise hipertensiva e insuficiência cardíaca crônica agudizada*.

Conforme o livro Enfermagem médico-cirúrgico em unidade de terapia intensiva (UENISHI, 1995, p.111) *o quadro clinico é dispnéia, ortopnéia, tosse, fadiga, intolerância ao esforço, oligúria, nictúria, caquexia, confusão, agitação, sonolência, coma, estase jugular, ascite, hepatoesplenomegalia e edema periférico.*

Já a Nettina (2007; p.397) cita que os achados cardiovasculares da Insuficiência Cardíaca Congestiva são*: cardiomegalia (aumento do caoração) – detectada pelo exame físico e radiografia de tórax; galope ventricular – evidente na ausculta, freqüência cardíaca rápida (taquicardia) e desenvolvimento de pulso alternante (alternância na forma do batimento).*

Smeltzer e Bare (2005, pg. 848) afirmam que *a distensão venosa jugular também é examinada, a distensão superior a 3 cm acima do ângulo do esterno é cosiderada anormal. Isso constitui uma estimativa, e não uma mensuração exata, da pressão venosa central.*

Em face da argumentação apresentada a comissão **indefere** o recurso e **ratifica** o gabarito oficial.

Profa. Maria de Jesus de Sá Correia
Presidente da CCV/UFC